

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 340

**PRESERVAÇÃO E GESTÃO DA PAISAGEM URBANA DO
CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM (CHB): UMA ANÁLISE À LUZ
DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS E PROCESSUAIS DO ESPAÇO
COMO INSTÂNCIA E PRODUÇÃO SOCIAL**

Rachel Sfair da Costa Ferreira

Belém, Dezembro de 2014

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto

Ana Paula Vidal Bastos

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos

Prof. Dr. Armin Mathis – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento – NAEA/UFPA

Profa. Dra. Edna Castro – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Francisco Costa – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Silvio Lima Figueiredo – NAEA/UFPA

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 340

Recebido em: 10/11/2014.

Aceito para publicação: 11/12/2014.

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

PRESERVAÇÃO E GESTÃO DA PAISAGEM URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM (CHB): UMA ANÁLISE À LUZ DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS E PROCESSUAIS DO ESPAÇO COMO INSTÂNCIA E PRODUÇÃO SOCIAL

Rachel Sfair da Costa Ferreira¹

Resumo:

Atualmente, muitas cidades brasileiras sofrem com uma crescente perda da capacidade de manter atrativo seus centros históricos, em meio às transformações de uso do solo provenientes da dinâmica da cidade contemporânea. O presente trabalho considera o Centro Histórico de Belém (CHB), na Amazônia brasileira, um espaço social dotado de forma e conteúdo. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a configuração espacial do CHB a partir da gestão preservacionista de seus elementos da paisagem, buscando apreender os significados das formas criadas e as alterações de suas funções no decorrer do tempo, a partir da compreensão de suas estruturas (contexto histórico) e dos processos que foram responsáveis pelo surgimento das mesmas. A abordagem histórico-estrutural, que leva em consideração as categorias de forma, função, estrutura e processo, permeará toda a pesquisa, pois se as formas e as funções existem é porque elas são originárias de estruturas e de processos que se constituíram no decorrer do tempo. Os processos de intervenção urbana neste centro histórico têm corroborado com diversas práticas espaciais que o modificam. Os resultados revelam que, essas intervenções, estão mais voltadas para uma gestão da forma e da função do que para uma gestão social dos centros históricos.

Palavras-chave: Produção do espaço. Paisagem. Gestão preservacionista. Centro Histórico. Belém.

PRESERVATION AND MANAGEMENT OF THE URBAN LANDSCAPE OF THE HISTORIC CENTER OF BELÉM (HCB): AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF STRUCTURAL AND PROCEDURAL ELEMENTS OF THE SPACE AS INSTANCE AND SOCIAL PRODUCTION

Abstract:

Nowadays, many Brazilian cities suffer from an increasing loss of ability to maintain its attractive historic centers in the changes of land use from the dynamics of the contemporary city. This paper considers the Historic Center of Belém (HCB) in the Brazilian Amazon, as a social space endowed with form and content. The overall objective of the research was to analyze the spatial configuration of HCB from the preservationist management of its landscape elements, seeking to understand the meanings of the forms created and the changes of its functions over time, from understanding their structures (historic context) and the processes that were responsible for creating them. The historical-structural approach, which takes into account the categories of form, function, structure and process, permeate all research, for the reason that forms and functions exist it is because they originate from structures and processes that formed during time. The processes of urban intervention in the historic center have supported with various spatial practices that modify it. The results show that these interventions are more focused on management of form and function than for a social management of historic centers.

Keywords: Production of space. Landscape. Preservationist management. Historic Center. Belém.

¹ Doutora em Ciências na Área de Concentração em Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPa). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFPa).

INTRODUÇÃO

Observa-se que a trajetória de Belém, de 1616 a 2014, é representada por uma configuração espacial² com elementos da paisagem³ do presente que estão em contínua rivalidade por espaço com os elementos da paisagem do passado. De um lado estão, por exemplo, o Forte do Castelo, o desenho do espaço público, os sobrados de dois a três pavimentos geminados, os palácios, as estruturas em ferro como alguns dos elementos da paisagem característicos dos períodos colonial, pombalino e da borracha. Do outro, os edifícios com mais de três andares, os veículos automotores, o comércio informal, os estacionamentos, os *shoppings centers*, elementos de uma história mais recente, disputando espaço, principalmente, na área mais antiga da cidade, isto é, no Centro Histórico de Belém (CHB).

Como consequência dessa apropriação, surge, desde as últimas décadas do século XX, um centro histórico⁴ descaracterizado, com frações do seu espaço urbano valorizado principalmente por suas qualidades estéticas, mas transformado em um símbolo social vazio de seu conteúdo. Assim, o CHB contém, por exemplo, intervenções de requalificação⁵ pontuais, realizadas pelo poder público e direcionadas notadamente para o setor turístico, e ações privadas que, em sua maioria, descaracterizam edificações para abrigar uma nova forma e/ou uso.

Tal constatação insere-se na questão do planejamento urbano e da gestão pública e envolve tomadores de decisão, usuários e políticos. Discute-se, no âmbito da cidade, a necessidade da integração do planejamento, da gestão e do direcionamento da expansão urbana à preservação de áreas com interesse histórico.

² Nesta pesquisa, utiliza-se o termo configuração espacial (ou configuração territorial ou configuração geográfica) para denominar a maneira como se configuram (disposição ou colocação) os objetos naturais e artificiais, pertencentes ao espaço social, sobre uma base territorial dada.

³ Os elementos da paisagem são um conjunto de objetos materiais (tais como, vias, quarteirões, lotes, edificações e praças) de um dado momento histórico da sociedade, “[...] que se dão diretamente aos nossos sentidos” (SANTOS, 1988, p. 77).

⁴ Para Ruskin apud Choay (2001, p. 181), os centros históricos “[...] são as garantias de nossa identidade, pessoal, local, nacional, humana”. Para Gutiérrez apud Guimaraens (2002, p. 22), o centro histórico tem um grande significado para a civilização: fica delimitado nesses núcleos originais “[...] definidos pelas regras do uso [...], às vezes, o centro histórico não tem características de continuidade física dentro da cidade e por isso nos apresenta áreas dispersas que merecem critérios específicos de intervenção.” Para efeito do presente estudo considera-se centro histórico como sendo o envoltório dos primeiros espaços urbanos de uma cidade. Como tal, podem possuir valor histórico, pela passagem de fatos significativos da história da cidade, e por ser a memória do início (criação) da própria cidade. Quanto às características e à qualidade da cidade, “são dependentes dos grupos sociais que a produzem, vivem e que a transformam” (PANERAI, 2006, p. 14).

⁵ Usar-se-á no decorrer do trabalho o termo “requalificação”, por entendermos como Trindade Júnior (2010, p. 194) que “[...] a requalificação aqui é entendida como uma forma de renovação urbana, que, por sua vez, busca dar uma nova qualidade ao espaço [...] e que se mostra em estreita sintonia com estratégias de desenvolvimento e com determinados interesses de agentes que definem formas específicas de controle de frações do espaço das áreas centrais.”, em vez do uso de termos como “revitalização”, “reabilitação” etc., que poderão aparecer neste trabalho apenas para manter fidelidade às fontes consultadas.

O espaço, segundo Santos (1985), contém componentes sociais e naturais (coisas, objetos geográficos, naturais e artificiais). Os elementos naturais devem ser entendidos como sendo o meio modificado, e a maneira como se organizam é a configuração espacial. No entanto, o que dá vida a esses objetos são as dinâmicas sociais. Dessa forma, para Santos (1985), a essência do espaço é social.

Com os lugares do mundo cada vez mais relacionados entre si, para atender aos modernos processos de produção, cada uma dessas frações urbanas possui um papel especializado, o que as torna não homogêneas, mas singulares, específicas e mesmo únicas. Esses lugares, compostos por um conjunto de objetos, passaram a ter, segundo Santos (1988, p. 52), “[...] autonomia de existência [...], mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem.” Seguindo esse contexto, entende-se o quanto os estudos regionais e locais são importantes ferramentas para “[...] compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do Globo, dadas suas especificidades.” (SANTOS, 1988, p. 47).

Para esta pesquisa, que analisa uma porção urbana específica do Centro Histórico da cidade de Belém, na Amazônia brasileira, utilizar-se-á como principal base teórica e metodológica a contribuição de Santos (1978, 1985, 1988, 1997, 1998), que considera o espaço como parte da estrutura social, e a teoria de Lefèbvre (1955, 1971, 1974, 1979, 2004, 2010), que analisa a produção social do espaço, além de outros autores que as complementam. As categorias de análise (estrutura, processo, função e forma) pertencentes tanto à teoria do espaço como instância social (de Milton Santos) quanto à teoria da produção social do espaço (de Henri Lefèbvre) consideram o lugar como um espaço social dotado de forma e conteúdo. Ao não considerar esse espaço social autoexplicativo, essas mesmas categorias de análise buscam um entendimento das relações dialéticas entre forma física e ações ao longo da história.

Considerando o espaço social como a soma da configuração espacial/paisagem e da sociedade, isto é, como forma e conteúdo, verifica-se que, a partir das intervenções no CHB, a forma espacial e sua função são os elementos que mais são considerados como base para planos e projetos urbanísticos para essa área, secundarizando outros elementos formadores e mantenedores desse espaço histórico, tais como as relações sociais.

Assim, uma gestão que leve em consideração o espaço como forma-conteúdo tenderá muito mais a saber lidar com as intervenções em velhas formas, pois “quando velhas formas são alteradas para uma adequação às novas funções, significa dizer que a organização espacial existente não atende de maneira tão eficaz à dinâmica social de um novo momento histórico.” (SANTOS, 1997, p. 135).

No caso do CHB, esse entendimento não ocorreu e a modificação na maioria de suas formas físicas contribui, de certa forma, para a sua degradação social, funcional, histórica e estética. Há necessidade, portanto, de se apreender a forma espacial do Centro Histórico de Belém, considerado

nesta pesquisa como referência empírica de estudo, a partir da gestão de caráter preservacionista dos elementos da paisagem, de maneira a contribuir para intervenções compatíveis com as características específicas da área.

Com a intenção de colaborar com futuras intervenções sociais, urbanísticas, arquitetônicas ou paisagísticas – que visem a manter os traços iniciais da história do CHB, sem deixar de lado as necessidades de sua sociedade –, esta pesquisa apreende historicamente o significado da configuração espacial e de seus elementos da paisagem urbana que deram origem ao sítio de estudo, a partir da delimitação temporal desde a origem do Centro Histórico de Belém (em 1616) até os dias de hoje.

O argumento central a ser sustentado no decorrer da pesquisa é que as categorias socioespaciais (estrutura, processo, forma e função), que ajudam a explicar a origem da paisagem urbana atual da cidade de Belém, pouco são consideradas como base em leis, planos e projetos urbanísticos para o CHB. A utilização de tais categorias analíticas, para a compreensão dos valores e/ou significados da configuração espacial e dos elementos da paisagem em meio à dinâmica social no tempo, auxilia a identificação dos traços fisionômicos do CHB. Com efeito, a observância desses elementos marcantes, a partir da utilização das categorias socioespaciais, é uma forma de se contribuir para o planejamento e para a gestão urbana do Centro Histórico de Belém.

Sendo o planejamento e a gestão urbana possuidores de instrumentos de controle do uso e da ocupação urbana de um determinado espaço da cidade, entende-se que os mesmos devem levar em conta a relação forma-conteúdo, que podem ser apreendidos por meio de categorias socioespaciais (estrutura, processo, função e forma) que explicam a consolidação do espaço. Assim, a gestão urbana de um determinado espaço da cidade, para ser eficaz, necessita dispor de instrumentos construídos a partir do efetivo conhecimento desse espaço, no decorrer do tempo. Se, por outro lado, esses instrumentos forem elaborados a partir de dados que considerem apenas parcialmente a realidade urbana, há o risco de serem inócuos.

Essas discussões levantam três principais questões: a) os elementos da paisagem contribuem para a permanência dos traços fisionômicos da configuração espacial do CHB?; b) as categorias socioespaciais (estrutura, processo, função e forma), que permitem apreender a materialização dos traços fisionômicos do CHB, são levadas em conta no processo de elaboração de leis, planos e projetos urbanísticos para o CHB?; c) a trajetória de gestão pública e/ou privada revela contribuições para a permanência dos traços fisionômicos do CHB a partir da preservação dos seus elementos da paisagem (tais como, a via, o quarteirão, o lote, a edificação e a praça) característicos da fundação portuguesa?

À medida que se tentou esclarecer tais questões da problemática, surgiram três hipóteses: a) os elementos da paisagem, tais como vias, lotes, praças, edificações antigas e quarteirões contribuem para a permanência dos traços fisionômicos da configuração espacial do CHB; b) as categorias socioespaciais (estrutura, processo, função e forma) na maioria das vezes não são consideradas no

processo de elaboração de leis, planos e projetos urbanísticos para o CHB; c) no que diz respeito à gestão preservacionista, por mais que se pretenda, e consegue-se em pouca quantidade, a preservação do patrimônio histórico, há a ausência de mecanismos e instrumentos eficazes que levem em consideração o valor e/ou significado, no tempo, dos elementos da paisagem e sua relação forma-conteúdo, ao intervir no Centro Histórico de Belém.

Em face do exposto, o objetivo geral da pesquisa foi de analisar a configuração espacial do CHB a partir da gestão preservacionista de seus elementos da paisagem. Porém, a esse objetivo somam-se outros, considerados aqui como objetivos específicos: primeiro de analisar os elementos da paisagem de uma fração do espaço urbano específica do CHB tais como as vias, quarteirões, lotes, edificações e praças de três núcleos de estudo (da Sé, do Carmo e das Mercês); segundo de analisar a trajetória de gestão pública e/ou privada de caráter preservacionista e sua relação com aqueles elementos da paisagem; terceiro de discutir a contribuição dessa gestão pública para a permanência dos traços fisionômicos do CHB, a partir da valorização ou não dos elementos da paisagem do CHB.

Trata-se de analisar, dessa maneira, tanto os elementos da paisagem do Centro Histórico de Belém como a gestão de sua forma espacial a partir de uma análise qualitativa-quantitativa dos mesmos. Visando a ser um meio de inverter ou amenizar a descaracterização física desse sítio histórico, tem-se como principal base uma abordagem histórico-estrutural, que leva em conta aquelas categorias já mencionadas (forma, função, estrutura e processo). Tais categorias vão permear todo o raciocínio da pesquisa, pois se as formas e as funções existem é porque elas são originárias de estruturas e de processos que se constituíram no decorrer do tempo (SANTOS, 1985, 1997).

A abordagem histórico-estrutural permeará todo o raciocínio da pesquisa contribuindo para a apreensão das formas (para que essa forma foi criada?) e de suas funções (por que ela se altera?), a partir do entendimento de onde elas surgiram, isto é, qual o contexto histórico? (estrutura) e que dinâmicas/ações foram responsáveis por isso? (processo).

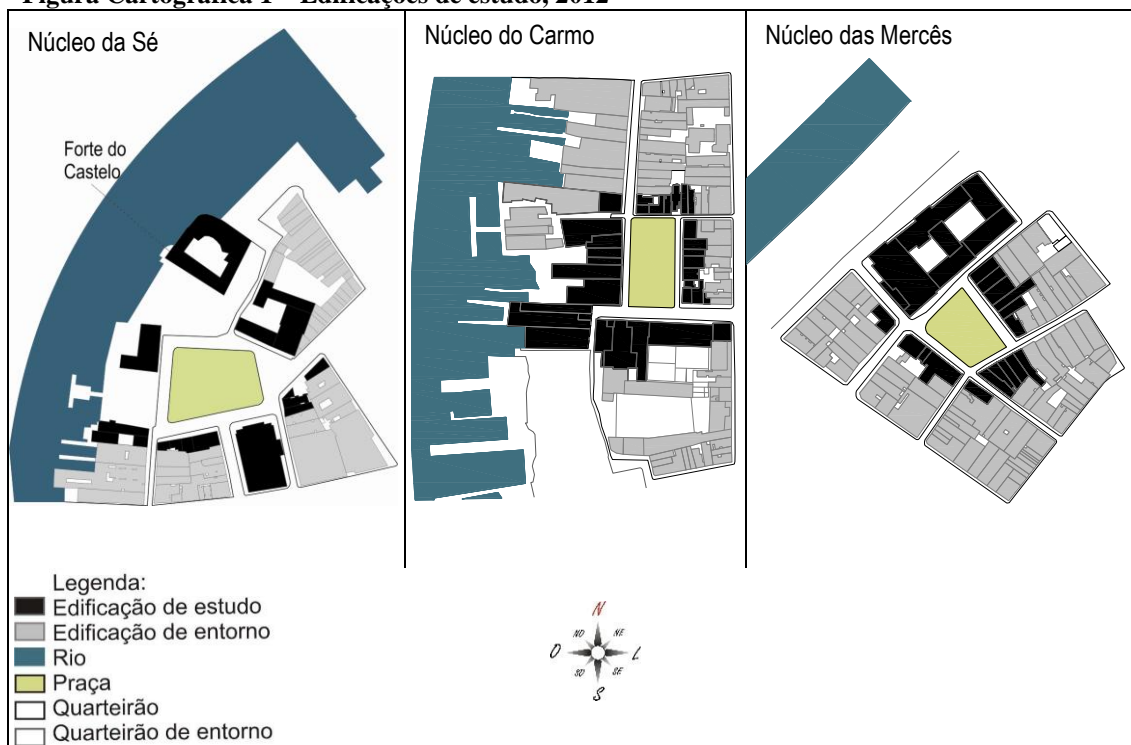
Assim sendo, a análise que será pautada em uma “[...] história de longo prazo (*longue durée*) é, portanto, a história de mudanças estruturais fundamentais [...]” (LECHTE, 2010, p. 105) e, nesse sentido, abrangerá quase cinco séculos – isto é, de 1616 a 2014 –, sem dar ênfase a acontecimentos isolados, e sim buscando-se considerar os acontecimentos como parte integrante de uma pluralidade de tempos.

A análise será focada na dinâmica social, no decorrer do tempo, de três fragmentos do Centro Histórico de Belém (Núcleos da Sé, do Carmo e das Mercês, ver Figura Cartográfica 1), chamados aqui de núcleos de estudo⁶, que serão tomados como amostragem qualitativa do conjunto desse mesmo centro histórico.

⁶ O termo núcleo é aqui usado para designar uma realidade urbana diferenciada, representada por um espaço aberto, tal como uma praça, rodeado por edificações que possuem importâncias hierárquicas. Este núcleo não é

A natureza desta pesquisa é qualitativa-quantitativa. Justifica-se a utilização do tipo de pesquisa qualitativa pelo fato de o objeto de estudo ser a análise da configuração espacial, em meio ao movimento da sociedade no tempo, a partir da gestão dos elementos da paisagem em centros históricos; enquanto a utilização da pesquisa quantitativa justifica-se por ser um meio de captar alguns desses movimentos da sociedade, materializados na configuração espacial e nos elementos da paisagem desse centro histórico.

Figura Cartográfica 1 – Edificações de estudo, 2012



Fonte: Belém (1998) / Modificado pela autora, 2014.

O instrumento de análise da pesquisa qualitativa são as categorias socioespaciais (estrutura, processo, forma e função). E, o estudo morfológico do espaço urbano, desenvolvido e utilizado, por exemplo, por Muratori (1959), Cozen (1969) e Moudon (1986) será empregado como instrumento de análise da pesquisa quantitativa, visto que a morfologia urbana é o estudo analítico da produção e modificação da forma urbana no tempo, a partir de análise de tipos de lotes, quarteirões, vias, edificações e praças. Nesse sentido, admitindo uma análise qualitativa-quantitativa, utilizou-se como técnicas de investigações:

um espaço urbano que resulta do encontro de diversas vias, mas sim o que possui características próprias e surgem a partir da construção de uma igreja e/ou de uma fortificação.

a) Levantamento e análise bibliográfica;

b) Levantamento e análise de documentação histórica (cartografia, iconografia, fotos, periódicos e jornais de época). Os mapas analisados foram:

1) **Mapa de 2014** – A formação deste mapa baseou-se tanto no Mapa de 1998 – digitalizado e fornecido pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) – quanto nas imagens de satélite Google Earth (capturada em 2009) e processada em 2012;

2) **Mapa de 1998** – Mapa digitalizado e fornecido pela CODEM (BELÉM, 1998);

3) **Mapa de 1977** – Mapa digitalizado e fornecido pela CODEM (BELÉM, 1977);

4) **Desenho de 1905** – Planta da cidade de Belém, planejada na administração do intendente Antonio Lemos, que contém porções da malha existente e propõe novos espaços. Digitalizada do livro Pará (1996);

5) **Desenho de 1791** – com base em Alunorte (1995);

6) **Desenho de 1771** – com base em Alunorte (1995);

7) **Desenho de 1753** – com base em Reis (2000);

8) **Croquis de 1700-1661** – com base em Meira Filho (1976, v. 1);

9) **Croquis de 1661- 1631** – com base em Meira Filho (1976, v. 1);

10) **Croquis de 1631-1616** – com base em Meira Filho (1976, v. 1).

c) Levantamento e análise de leis, planos e projetos urbanísticos de caráter preservacionista;

d) Levantamento de campo “in loco” (observação sistemática direta com registro fotográfico).

Essa exposição das técnicas de investigação sustenta-se através dos dados e fontes utilizados tanto na pesquisa quantitativa como na pesquisa qualitativa, que são: informações históricas do CHB (Arquivo Público, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (CENTUR); órgãos públicos – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM), Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) – e livros citados na bibliografia); mapas do CHB desde o período de sua fundação (órgãos públicos (IPHAN, CODEM, SECULT) e livros citados na bibliografia); imagens e fotografias do CHB desde o período de sua fundação (Arquivo Público, CENTUR; órgãos públicos (IPHAN, CODEM, SECULT) e livros citados na bibliografia); e documentos legais de caráter preservacionista: leis municipais, estaduais e federais em órgãos públicos (IPHAN, CODEM, SECULT).

O trabalho está estruturado em cinco partes relacionadas entre si por meio dos elementos analíticos já apresentados, sendo que a primeira parte e a quinta correspondem, respectivamente, à introdução e à conclusão. A essência da segunda parte é teórica, a da terceira parte é histórica e a da quarta parte é empírica.

Nesse sentido, a segunda parte apreende o espaço social a partir das teorias do “Espaço como instância social” (enfoque de Milton Santos) e da “Produção social do espaço” (enfoque de Henri

Lefèbvre), além de seus instrumentos de análise. A terceira parte traz uma periodização da configuração espacial do CHB a partir de uma análise histórico-estrutural dos elementos da paisagem de três estudos de caso pertencentes a esse espaço urbano, ao longo de quase cinco séculos. Entende-se que a periodização é um meio para observar que, assim como a configuração espacial, os elementos da paisagem do CHB não são estáticos, mas suscetíveis a mudanças, pois resultam de constantes adições e subtrações ao longo do tempo. E, por fim, a quarta parte analisa a gestão dos elementos da paisagem dos núcleos de estudo, com o objetivo de avaliar a trajetória de gestão pública e/ou privada de caráter preservacionista nesses elementos da paisagem, a partir da permanência e/ou alteração dos traços fisionômicos dos mesmos.

O encadeamento da estrutura das cinco partes teve como objetivo ratificar o argumento central da tese de que a gestão do tipo preservacionista pouco mobiliza as categorias de análise socioespaciais estrutura, processo, função e forma em conjunto no processo de elaboração de leis, planos e projetos urbanísticos para o Centro Histórico de Belém, que é um espaço urbano formado por forma-conteúdo.

DIRETRIZES DE ANÁLISE DO ESPAÇO SOCIAL NO TEMPO

Nesta segunda parte, pretendeu-se alcançar o conhecimento a respeito do que seja o espaço social – a natureza de seus elementos, o modo como se relacionam, seus métodos, categorias e instrumentos para analisá-lo – e o modo como se apresenta na cidade e na vida urbana.

O esforço de definição do espaço vem desde Platão e Aristóteles (LEFÈBVRE, 2010; FERREIRA, 2009), cobrindo uma variedade de objetos, de dimensões e de significados. Por exemplo, um utensílio doméstico, uma casa, uma cidade, bem como o universo, são espaços (SANTOS, 1978).

Segundo Santos (1978), o espaço como categoria universal e permanente é caracterizado por relações não transitórias, isto é, relações permanentes que atravessam tempos e lugares específicos – é o espaço de todos os tempos. O espaço como categoria histórica tem diferentes significados, valores, conteúdos e relações, como resultados da dinâmica histórica – é o espaço de cada tempo. Quando os dois conhecimentos interagem, o do espaço como categoria permanente (leis universais) e o do espaço como categoria histórica (comportamentos históricos ou sociais), o resultado é a elaboração não de uma definição, mas sim de um conceito de espaço. Assim, para Santos (1978, p. 122) “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente.”

Assim, para Santos (1978), o espaço social é um produto histórico, tem diferentes significados, valores, conteúdos e relações (como resultados da dinâmica histórica), é real, um fator social, dinâmico (em permanente evolução). Além disso, não é passivo, não é apenas o reflexo da sociedade, mas também intervém no processo histórico, é estruturado em formas-conteúdo, pois possui ingredientes sociais (relações sociais) e formais (materiais).

Como instância social, com a mesma importância que outras instâncias sociais (tais como, econômica, jurídica-política e cultural-ideológico), o espaço humano é subordinado-subordinante, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias (traços dominantes), e não é apenas um simples reflexo do modo de produção social a cada momento, mas sim sua memória (SANTOS, 1978). Materializado em sua forma espacial, tem atributos que o tornam equivalente a outras dimensões sociais, pois o mesmo é também “[...] capaz de agir e de reagir sobre as demais estruturas da sociedade e sobre esta como um todo” (SANTOS, 1978, p. 145). Exemplo disso é o fato de, por exemplo, a estrutura econômica ser também subordinada – e não apenas subordinante – ao espaço organizado⁷, pois ela sozinha não produz nada, dependendo dos outros aspectos sociais para se edificar.

Cada momento de um modo de produção⁸ social cria formas espaciais que perduram mesmo com a mudança para um novo modo de produção. Essas formas representam o espaço construído. Desta forma, o espaço construído faz parte do espaço social (pois é um produto histórico), é um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente. Além disso, é uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos, ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes, ao passo que outros criam novas formas para se inserir dentro delas. As suas formas se metamorfoseiam em outras formas quando o conteúdo muda ou quando muda a finalidade que lhes havia dado origem. Assim, este espaço construído por ser um produto histórico não pode ser considerado apenas como existência física, mas sim como existência social, composto por forma-conteúdo.

Até aqui, considerou-se o espaço como história – por ser testemunho dos diversos momentos do modo de produção –, mas também como estrutura – organizado em formas, que possibilitam apreender “[...] proporções entre as variáveis que dão como resultado uma situação tal qual ela é e permite falar de sua estrutura atual” (SANTOS, 1978, p. 151). Logo, o espaço aqui analisado é composto por forma e conteúdo ou, em outras palavras, é composto pelo movimento dialético entre forma e conteúdo visto que “[...] o espaço, a partir das alterações ocorridas na sociedade, responde e interfere nesta por meio de suas próprias alterações” (TRINDADE JÚNIOR, 1996, p. 135).

O espaço, sendo forma-conteúdo, é composto tanto pela natureza modificada (que é o conjunto de objetos naturais e artificiais) quanto pela sociedade. O modo como os elementos (objetos geográficos) dessa natureza construída está disposto sobre um território fornece tanto a configuração espacial quanto a paisagem.

⁷ O espaço organizado “[...] é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história [...]” (SANTOS, 1978, p. 148).

⁸ De acordo com Santos (1978, p. 198) a noção de modo de produção “[...] é responsável pelo valor das formas de toda espécie, inclusive as formas geográficas, em sua sucessão temporal [...]”.

A ideia do espaço social como forma-conteúdo permite compreendê-lo como um sistema, em que suas partes estão conectadas, comunicam-se e interferem-se. Esse sistema é composto por um “[...] conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que formam o espaço” (SANTOS, 1997, p. 51). Um não existe sem o outro, um interfere no outro e vice-versa. A compreensão do espaço como um sistema é uma questão de método. A ideia de sistemas é uma forma de análise para melhor se entender o todo e suas partes, isto é, serve para dar conta da realidade histórica. A cada instante, a paisagem e a configuração espacial, que são sistemas de objetos, relacionam-se com os sistemas de ações e mudam de função, de significação, isto é, de valor sistêmico (SANTOS, 1997).

As formas do lugar (paisagem e configuração espacial) herdadas do movimento do espaço são depositárias de eventos históricos. Santos (1997) denomina isso de evento; Lefèbvre (2010) chama de momento. Os eventos são veículos da ação presente, são todos novos, finitos, não se repetem, não existem isoladamente, ou seja, são, ao mesmo tempo, sucessivos, concomitantes, superpõem-se e são interdependentes.

Ao se estenderem cronologicamente, os eventos materializam o tempo em um determinado lugar, “[...] daí poder-se falar numa ordem de eventos, sua ordem temporal” (SANTOS, 1997, p. 123). Os eventos mudam, transformam e dissolvem a identidade dos objetos, propondo novas características, novos valores. Pode-se dividir, por exemplo, os eventos em naturais (um terremoto) e históricos ou sociais (a chegada de um meio de transporte, uma inovação técnica).

O processo de globalização impõe novos sistemas de ações a velhos sistemas de objetos. Quanto mais o espaço social se torna mundializado, mais os lugares se tornam únicos, pois “cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo (no que ele é, mas também naquilo que ele não é), já que todos os lugares são suscetíveis de intercomunicação” (SANTOS, 1998, p. 43).

Uma das maneiras de se apreender qualquer lugar do mundo, que é uma pequena fração do espaço social, é tendo como principal referência categorias analíticas que, ao interpretar uma parte do mundo, levam em consideração aspectos mundiais. Levar em consideração as categorias socioespaciais compostas por estrutura, processo, função e forma é uma maneira de apreender o espaço social sem deixar de lado o todo e suas partes. As variáveis existentes em cada lugar, ao serem analisadas sob o prisma dessas categorias socioespaciais, consideram que os valores das variáveis não são absolutos, e sim relativos, pois esses mesmos valores advêm da relação de sistemas de objetos e de ações, de forma que o valor de cada variável só existe em relação aos valores das demais variáveis presentes no sistema.

Assim, pode-se dizer que a apreensão do Centro Histórico de Belém deverá partir do entendimento do que seja esse espaço social. Ademais, deverão ser observados os valores relativos das diversas variáveis existentes nesse lugar.

Instrumentos de análise do espaço social

Acredita-se que as teorias expostas acima forneçam não só um campo epistemológico, mas também instrumentos de análise para a realidade social. Com o intuito de se evitar conhecer e compreender apenas um dos diversos aspectos de um mesmo objeto de estudo, optou-se por utilizar não só categorias socioespaciais, mas também estudos morfológicos como instrumentos analíticos fundamentais para a apreensão desse espaço social. Tanto as categorias socioespaciais quanto os estudos morfológicos são valiosos instrumentos de análise do espaço construído, pois são considerados, aqui nesta pesquisa, como instrumentos orientadores para planos e projetos de preservação e/ou intervenções em espaços sociais, tais como em lugares históricos.

Para a análise das transformações das formas físicas, faz-se necessário definir as categorias analíticas do espaço social. As estruturas são de toda ordem (cultural-ideológica, econômica, político-institucional e espacial) e suas inter-relações (do todo com as diversas partes) caracterizam os diversos períodos históricos. Pode-se dizer, portanto, que a estrutura é o contexto socioeconômico (SANTOS, 1985, 1997; TRINDADE JÚNIOR, 1996).

Os processos são originários das estruturas, caracterizam-se por serem ações contínuas, dialéticas, que resultam em modificação ou continuidade no decorrer do tempo de um objeto, concedendo valores e/ou significados à função e à forma (SANTOS, 1985, 1988; TRINDADE JÚNIOR, 1996).

Diferentemente do geógrafo Milton Santos, o filósofo Henri Lefèbvre não menciona o processo como parte desses instrumentos intelectuais. No entanto, para este filósofo, a cidade só poderá ser pensada em sua totalidade, levando em consideração os diversos tempos da cidade, isto é, os seus processos (LEFÈBVRE, 1974, 2010).

Pode-se dizer que a função é uma finalidade e/ou atividade desempenhada, por exemplo, pela forma, por uma pessoa ou instituição e que só se corporificam através das formas (SANTOS, 1985; TRINDADE JÚNIOR, 1996). Quanto à forma espacial, materializada no território, por não ser vazia de conteúdo, é de ordem jurídico-política, ideológica e econômica. Por conter fragmentos do social, está em contínua mudança de significado e/ou valor. Estas mesmas formas são subordinadas pelo presente, mas contêm aspectos do passado que lhe dão identidades (LEFÈBVRE, 2010; SANTOS, 1985).

Sendo o espaço “[...] um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas [...]” (SANTOS, 1978, p. 122), que se estrutura como testemunho de processos do passado e do presente, então se pode dizer também que o espaço construído é um testemunho concreto do modo de produção que se manifesta localmente. Em centros históricos, esse espaço social passa a ser a cristalização da memória social do modo de produção. Assim, o espaço construído é uma forma espacial, às vezes

durável, outras não, que é representado pela configuração espacial e expresso visivelmente pelos seus elementos da paisagem, tais como as vias, os quarteirões, os lotes, as edificações e as praças.

Segundo Kropf (1993, p. 212), “o estudo da morfologia urbana está ligado com a descrição e explicação da forma, desenvolvimento e diversidade das áreas urbanas”. Para Del Rio (1990), a morfologia urbana deve ser vista como uma análise da produção e da mutação da forma urbana no decorrer do tempo, sem deixar de lado os processos sociais que originam o espaço urbano. Segundo o mesmo autor, essa categoria de análise do meio urbano pode ter surgido no primeiro quartel do século XIX, primeiramente com geógrafos alemães (tal como Cozen) e franceses e, depois, com os ingleses.

Em meio à realidade social, por exemplo, de uma cidade, podem ser detectados períodos históricos – denominados também de períodos morfológicos – caracterizados por um tipo ou combinação de tipos de continuidade ou mudança na forma urbana (KROPF, 1993). Para Whitehand (1981), entende-se por período morfológico uma etapa da história social e cultural que resulta em formas materiais distintas.

A continuidade e a mudança são características pertinentes da estrutura, do processo, da forma e da função de um espaço social. Ademais, como observado anteriormente, apreender o movimento histórico de uma cidade é geralmente observar estruturas, processos, funções e formas em contínua relação. Para a morfologia urbana, apreender a cidade, no decorrer do tempo, é assimilar a sua configuração espacial, em vários períodos históricos, em meio a relações de continuidade e/ou mudança.

A NECESSIDADE DE UMA PERIODIZAÇÃO: DA CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO CHB AOS ELEMENTOS DA PAISAGEM DOS NÚCLEOS DE ESTUDO

O objetivo aqui é identificar os valores e/ou significados da configuração espacial e dos elementos da paisagem dos núcleos de estudo do CHB que lhes dão traços específicos no decorrer do tempo. Nesta pesquisa, a periodização do CHB será feita sob o prisma das categorias de estrutura, processo, função e forma, de maneira a se pensar o CHB de maneira mais completa e complexa, pois a história dos lugares e dos homens é feita “[...] do entrelaçamento de problemas inextricavelmente misturados e que pode tomar, alternadamente, com aspectos diversos e contraditórios” (BRAUDEL, 2009, p. 22).

Cada um dos períodos históricos analisados, materializados na configuração espacial do Centro Histórico de Belém, resultou em mudanças de forma e conteúdo. No que diz respeito à forma, observa-se que as estruturas e os processos sociais se realizaram através da configuração espacial e de seus elementos da paisagem, mudando-os de significado, isto é, de função.

Como dito no início da pesquisa, a apreensão deste espaço urbano será pautada no movimento social em longo prazo, isto é, em um tempo longo que vai de 1616 aos dias de hoje, para não se correr

o risco de se enfatizar acontecimentos isolados. Explica-se a escolha de sete períodos por ser inspirada em Corrêa, R. (1987): o primeiro período remete a implantação da cidade de Belém e o início da conquista territorial; o segundo, ao período pombalino que renova e potencializa o espaço urbano da cidade de Belém; o terceiro foi de intensa agitação e revoltas, a exemplo da Cabanagem, que retardou o melhoramento urbano da cidade; o quarto período caracteriza-se pelo progresso econômico e investimentos públicos e privados que a exploração da borracha proporcionou; o quinto é marcado por uma estagnação econômica e administrativa, após o declínio da exportação da borracha; o sexto caracterizado por um processo de mudança econômica e urbana advindo da conexão física da Amazônia com as outras regiões do Brasil; e, o sétimo período caracterizado por uma nova apropriação dos lugares (Quadro 1).

Quadro 1 – Síntese da análise forma-conteúdo do CHB

Períodos	Estrutura	Processo	Forma (CHB)	Função (CHB)
1616 a 1750	-Período das Grandes Navegações.	-Conquista territorial. -Fundação da cidade de Belém pelos portugueses em 1616.	-Criação do Forte do Presépio (1616). -Urbanização nos dois bairros paralela ao rio; com suas travessas, vai adentrando a mata, contornando o Alagado do Piri.	-Político-militar. -Econômico. -Missionário. -Núcleo da Sé: centro da cidade.
1750 a 1778	-Revolução Industrial na Inglaterra (1750-1870). -Período Pombalino.	-Intensificação da relação entre metrópole e seu conjunto de colônias portuguesas. -Processo de urbanização e de ocupação que enfatiza o planejamento urbano sobre as cidades sem planejamento.	-Construções monumentais.	-Importância político-administrativa. -Sede de poder (demonstrando a presença do Estado Português na Amazônia).
1778 a 1850	-Agitações sociais e políticas na Europa. -Revolução da Cabanagem (início em 1835 e término na cidade de Belém em 1836).	-Estagnação urbana e econômica amazônica (fim da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1778) e da baixa das importações dos produtos tropicais por estrangeiros).	-Metade do século XVIII: penetração lenta e desigual em meio à existência do Alagado do Piri. -As edificações monumentais contrastavam com a pequena expansão urbana, com a singeleza da arquitetura civil e com o pequeno número de habitantes.	-Função comercial e administrativa. -Entrepasto de matéria-prima para fora do Brasil. -Distribuição de produtos estrangeiros pela região.

1850 a 1920	-Expansão do capitalismo (segunda metade do século XIX). -Período Industrial (1870-1945), traduzido em avanço tecnológico, novas formas de organização e produção do espaço e impulso urbanístico.	-Progresso econômico - ciclo econômico da borracha (1870-1912): crescimento populacional e de diversas medidas de reestruturação e expansão do espaço urbano de Belém.	-Renovação urbana tendo como referência o estilo europeu (<i>Belle Époque</i>). -Inserção de lojas com artigos europeus e de grandes praças arborizadas.	-Desempenha um papel comercial, financeiro, político e cultural até aproximadamente 1910.
1920 a 1960	-Maior concatenação dos espaços sociais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.	-Estagnação econômica de Belém, em meio a crise da economia extrativista da borracha em decorrência da produção gomífera na Ásia. -Tombamentos isolados de edificações.	-Degradação da paisagem urbana e de seus elementos da paisagem. -Preservação de edificações isoladas. -Verticalização urbana.	-Zona de comércio, serviço e residência.
1960 a 1990	-Ciência como força produtiva. -Avanço da tecnologia da comunicação. -Grandes corporações (frequentemente mais expressivo que os Estados), empresas multinacionais e transnacionais.	-Integração nacional. -Expansão urbana estimulada por políticas governamentais de habitação. -Diminuição da população residente em decorrência do aumento da atividade terciária no centro comercial.	-Degradação das formas físicas do passado: edificações antigas descaracterizadas, desocupadas ou demolidas. -Construção de edifícios que contrastam com as edificações lusitanas. -Verticalização urbana com a inserção de edificações com mais de quatro pavimentos.	-Centro comercial e de serviços.
1990 em diante	-Valorização da singularidade dos lugares e de seus elementos da paisagem.	-Lei de preservação do CHB (Lei nº 7.704/1994). -Intervenções urbanísticas pontuais de beira-rio no final da década de 1990.	-Encontra-se degradada e descaracterizada, com pontos específicos de requalificação próximos ao rio e a baía.	-Comércio popular. -Entrepasto comercial. -Habitação -Serviço. -Lazer local. -Mercadoria turística.

Fonte: Análise e resumo da autora, 2014.

Nesse sentido, considerou-se sete períodos históricos: de 1616 a 1750, de 1750 a 1778, de 1778 a 1850, de 1850 a 1920, de 1920 a 1960, de 1960 a 1990 e de 1990 em diante, que serão colocados aqui de maneira resumida:

a) Período de 1616 a 1750

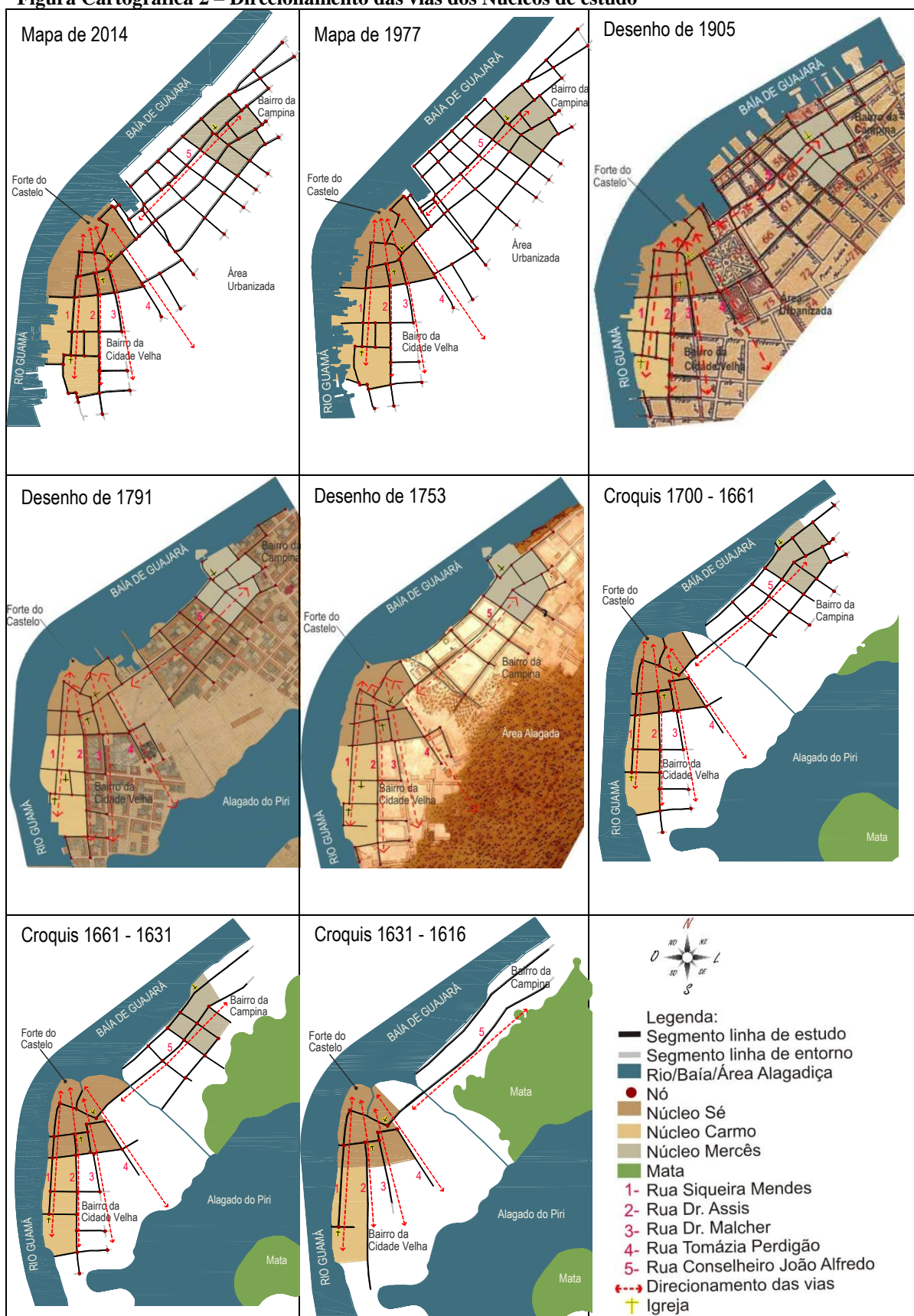
A história inicial do Brasil foi marcada pelo movimento cultural renascentista e por grandes descobrimentos marítimos realizados, principalmente, por Espanha e Portugal. Em meio a esse período histórico são fundados os primeiros aglomerados urbanos do Brasil, surgidos a partir da expansão da colonização europeia. No entanto, a conquista da região amazônica a partir da fundação da cidade de Belém pelos portugueses constituiu para Moreira (1966, p. 30), “[...] frutos tardios do Renascimento, naquilo que ele suscitou e significou como espírito de conquista e de imperialidade.”

A origem da cidade de Belém (em 1616) está relacionada à defesa do território amazônico ante à presença estrangeira na região. No início do século XVII, não era incomum a existência de comerciantes ingleses, franceses e holandeses na foz do rio Amazonas, adquirindo drogas do sertão junto aos grupos indígenas locais. Além disso, havia colonos dessas nacionalidades instalados em várias regiões às margens do grande rio e afluentes. Algumas dessas comunidades já plantavam cana-de-açúcar, o que representava não mais uma possibilidade, mas uma situação real de fixação de colonos estrangeiros na Amazônia (MEIRA FILHO, 1976, v. 1).

Sob o comando de Francisco Caldeira de Castelo Branco, uma pequena armada partiu de São Luís em 25 de dezembro de 1615. Após 18 dias, chegou ao atual sítio de Belém. No dia 12 de janeiro de 1616, começou-se a erguer um forte de madeira, denominado de forte do Presépio, em homenagem ao fato de a expedição ter saído do Maranhão no dia de Natal (MEIRA FILHO, 1976, v. 1).

Os núcleos foram os suportes iniciais de crescimento para a cidade de Belém. Após a ocupação do primeiro núcleo (o da Sé), foram surgindo caminhos (linhas de crescimento) entre a mata que, com o tempo, transformaram-se em ruas e avenidas (Figura Cartográfica 2). Do ponto de vista funcional, o controle territorial, que se iniciou paralelo ao rio e à baía e que, mais tarde, adentrou a mata, demonstra uma finalidade primeiramente de defesa e de ocupação militar e, com o tempo, de penetração do território voltada para a busca de especiarias da terra, de ouro e de melhor assentamento de moradias.

Figura Cartográfica 2 – Direcionamento das vias dos Núcleos de estudo



Fonte: Belém (1977,1998); Pará (1996); Alunorte (1995); Reis (2000); Meira Filho (1976, v. 1) / Modificado pela autora, 2012.

Para Araujo (1998), o elemento fortificação simboliza a posse do território pelo império português, além de ser o ponto inicial dos fundamentos da expansão urbana portuguesa nas suas colônias, pretendendo assim evidenciar a presença da Coroa portuguesa nos territórios ultramarinos.

O contexto socioeconômico (estrutura) de 1616 a 1750 estava voltado basicamente para monarquia absoluta, para as Grandes Navegações, para economia extrativista, voltada para a exploração e exportação das especiarias das terras além-mar, e vinculado também à dominação do comércio brasileiro pelo estrangeiro. Os processos sociais representativos deste momento histórico, isto é, desta forma de produção do espaço, foram a conquista territorial a partir de duas etapas de um mesmo propósito nucleador – a fortificação e a criação urbana –, a fundação da cidade de Belém pelos portugueses em 1616, a economia interna em função do trabalho do índio, a anexação de novas áreas ao sistema econômico capitalista e o controle social e econômico pelas ordens religiosas.

Essas estruturas e processos foram transformados em funções, de maneira que a forma urbana passou a assumir um papel político-militar (defesa, ocupação populacional e penetração do território), econômico (exportadora de especiarias da terra, as drogas do sertão ou do mato) e missionário (missões religiosas).

Dessa maneira, as estruturas, os processos e as funções realizaram-se através da forma urbana, que representa a materialização das frações do social. Neste primeiro período histórico (1616 a 1750), é possível observar os condicionantes históricos que influenciaram as bases da composição urbanística colonial portuguesa, criadas a partir de uma estrutura administrativa que forneceu a seus agentes coloniais (tais como oficiais de justiça, militares e religiosos) meios de criar cidades além-mar. Por exemplo, as estruturas e os processos contribuíram para a criação, neste primeiro momento, de centralidades (núcleos), primeiramente paralelas ao rio e à baía.

Assim, a forma construída da área no período em estudo representa a expressão cultural, social, política e econômica de se criar cidades que, no próximo período (de 1750 a 1778), com a simbologia do poderio pombalino, será potencializada. Por conseguinte, os procedimentos do método do urbanismo colonial português, como o de largura das ruas e a uniformidade da arquitetura, atingiu o seu ápice no século XVIII quando se somou ao conceito estético o entendimento ideológico da racionalidade iluminista (ARAUJO, 1998).

b) *Período de 1750 a 1778*

A posse da terra pelos portugueses se concretizava não mais apenas pelo domínio político, mas pela efetiva intervenção sobre o território, fundamentada tanto pelo conhecimento da região, de suas potencialidades e características, advindas das diversas expedições de exploração, quanto por outra

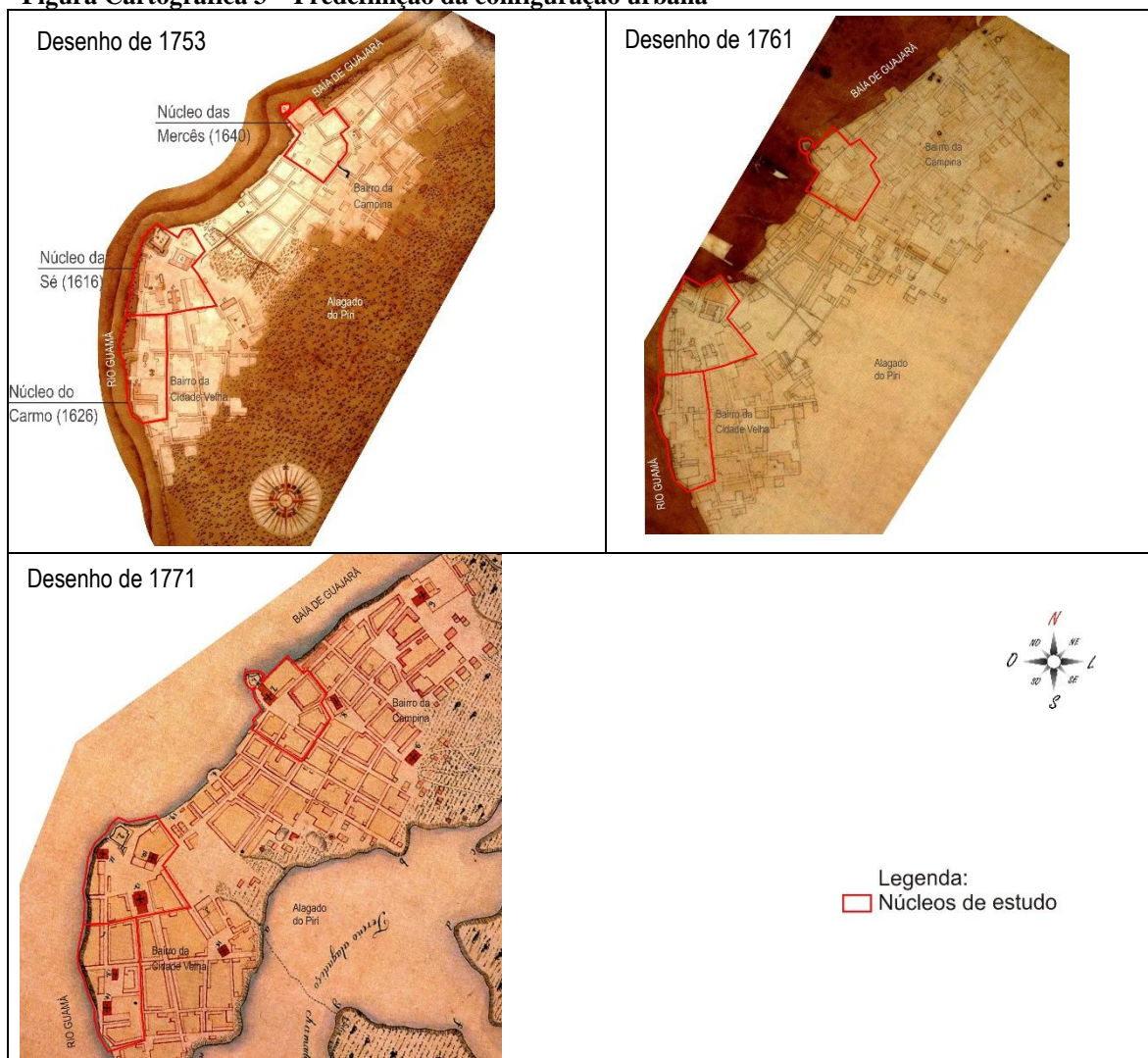
relação com seus habitantes naturais⁹. Segundo Araujo (1998), em tão pouco tempo, entre 1755 a 1759, foram fundadas na Amazônia sessenta vilas e lugares.

Um dos impactos concretos da política pombalina foi na reorganização espacial (MACHADO, 1989). A cidade é marcada por uma intervenção urbanística que não só potencializa o discurso ideológico anterior à intervenção pombalina na Amazônia, mas também valoriza o conjunto urbano (a estrutura urbana simbolizada pelo espaço-rua), considerando-o tão importante quanto as suas edificações ou os seus objetos urbanos. O fato é que o espaço urbano privilegiado é o público, utilizado como afirmação do poder pombalino sobre seu conjunto de colônias portuguesas (ARAUJO, 1998), conforme Figura Cartográfica 3.

Os mapas produzidos nesse período indicam, nitidamente, tanto a existência, desde o século XVII, de uma clareza do desenho urbano, definido na cidade, quanto a valorização em conjunto dos cinco elementos da paisagem aqui analisados: edificações monumentais, lotes, futuros quarteirões, vias e praças. Este último elemento da paisagem passa a ser, em princípio, valorizado mais pelas edificações monumentais e pela maior definição formal de seus quarteirões de entorno, do que por um projeto paisagístico (Figura Cartográfica 3). Observa-se também que a praça detém “[...] o papel primordial e aglutinador do tecido urbano.” (ARAUJO, 1998, p. 118).

A imagem da cidade de Belém é importante, pois é o espaço social da sede do poder da conquista territorial portuguesa na Amazônia, simbolizada pela monumentalidade, pelas relações entre suas edificações, pela ordenação do território e pelo jogo perspectivo de seu espaço urbano. Essa apreciação da imagem da cidade, conquistada, reformada e planejada pelos portugueses, reflete a preocupação de demarcação de fronteiras e de conquista efetiva do território amazônico pelos portugueses perante o peso das condições externas de uma Europa “[...] de profunda transformação ideológica, econômica e social.” (MACHADO, 1989, p. 63) que vivenciava, por exemplo, a busca cada vez maior de bens abundantes e diversos fora da Europa, como consequência da Revolução Industrial na Inglaterra (1750-1870) e, mais tarde, em outros países.

⁹ “[...] o novo território implicava uma outra relação como os naturais, que deixavam de ser implicitamente considerados como posse do colonizador, para se tornarem objectos privilegiados de uma renovada noção de conversão, desta vez fundada menos nos critérios religiosos e mais nas virtudes da civilização [...]” (ARAUJO, 1998, p. 105).

Figura Cartográfica 3 – Predefinição da configuração urbana

Fonte: Reis (2000); Alunorte (1995) / Modificado pela autora, 2013.

c) Período de 1778 a 1850

Em fins do século XVIII, ocorreram na Europa importantes movimentos sociais, econômicos e políticos, como a revolução Francesa (1789) e a Revolução Industrial Inglesa. Uma das principais consequências desses movimentos foi “[...] o avanço da conquista ocidental sobre qualquer território que os governos ou os homens de negócios ocidentais achassem vantajosos ocupar [...]” (HOBSBAWM, 2011a, p. 23). Essas agitações – políticas, revoltas, movimentos revolucionários e até mesmo secessão – refletiam a crise dos padrões antigos que dominavam a Europa em meio a um período de rápida mudança social.

Na época, vivia-se no Brasil o Período Regencial (1831-1840), que correspondia ao hiato entre a abdicação de D. Pedro I e a ascensão de D. Pedro II. Em 1831, o príncipe-herdeiro contava com pouco mais de cinco anos de idade. Conforme a constituição monárquica previa, foi formada uma regência que deveria governar o Brasil até a maioridade do herdeiro do trono. Esse período foi de

intensa agitação. Várias regências se sucederam no poder. Revoltas e revoluções explodiram de Norte a Sul do País, como a Farroupilha, nos Pampas; a Sabinada, na Bahia; a Balaiada, no Maranhão. Um dos fatores que mais contribuiu para essa situação foi a excessiva centralização do poder no Rio de Janeiro. As elites locais não tinham poder de decisão. Além do mais, as províncias eram submetidas a presidentes nomeados pelo poder central. Nessa época, um fato de grandes proporções teve efeitos devastadores sobre a população: a Cabanagem. Esta revolta popular iniciou em 1835 e só terminou em 1840, na região do atual estado do Amazonas. Na cidade de Belém, durou até o ano de 1836.

Nesse período, as atenções ainda eram voltadas para as questões de demarcações de limites entre as fronteiras de terras portuguesas e espanholas, discutidas a partir de equipes de técnicos, entre as quais a do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que desenhava e colecionava aspectos desconhecidos da região amazônica, que eram encaminhados para a Corte portuguesa. Durante essa jornada de descobrimentos sobre o Norte do Brasil, no final do século XVIII, Belém expandiu-se em meio à existência do alagado do Piri, distanciando-se cada vez mais do rio e da baía. Esse crescimento assumiu um intenso movimento de interiorização, principalmente a partir da Rua dos Mirandas, que mais tarde passa a ser chamada de Avenida Presidente Vargas, ainda hoje uma das principais vias de Belém (Figura Cartográfica 4).

A imponência das construções religiosas era percebida pelos viajantes, que as avistavam ainda de longe, ao chegarem à cidade pela baía do Guajará. Segundo o americano Kidder (1980, p. 182), “distinguiam-se perfeitamente, à luz prateada da lua, as torres da catedral, do palácio e de diversas igrejas.”

Nesta análise da cidade de Belém em fins do século XVIII até primeira metade do século XIX, identificam-se as transformações sociais, econômicas, culturais e históricas que estavam ocorrendo internamente e externamente ao Brasil. Assim como em outras cidades, Belém tinha um papel de entreposto de matéria-prima para fora do Brasil, mas também de distribuição dos produtos estrangeiros pela região.

Uma das consequências desse período foi que as vias próximas aos rios conectavam os pontos de desembarque de mercadorias, servindo como eixos de comercialização desses produtos. Com relação ao exposto, Kidder (1980, p. 187), observa, em 1839, que “a rua que corre em paralelo ao rio liga diversos pontos de desembarque, é justamente aquela onde se transaciona quase todo o comércio local. A certas horas do dia apresenta movimento intenso.”

Mesmo vivenciando uma estagnação econômica – provocada, por exemplo, pela extinção da Companhia Geral (em 1778) e pelo declínio da agricultura e do extrativismo de exportação – que, segundo Corrêa (1989), ocorreu entre o final do século XVIII e a quarta década do século XIX, há uma lenta expansão urbana da cidade de Belém para o interior da mata, sendo as construções religiosas ainda as edificações nitidamente mais destacadas nos dois primeiros bairros da cidade.

Neste período em análise, mesmo sofrendo os efeitos do declínio econômico, são realizadas em Belém duas obras urbanísticas relevantes. Na opinião de Corrêa (1989), esses processos de ocupação têm relação com a ociosidade de mão de obra resultante da decadência econômica. A primeira foi a obra de ensecamento do igarapé do Piri, que teve início em 1803 e término mais de vinte anos depois. A segunda foi a obra de aterro realizada na área frontal a baía de Guajará entre a Igreja das Mercês e o Ver-o-Peso. Na terceira década do século XIX, o novo espaço na orla da Baía de Guajará advindo do aterro foi dividido e distribuído pelo Governador Antônio José de Menezes Noronha, o Conde de Villa Flor, para que fossem construídas “[...] edificações de dois pavimentos, cuja fachada da baía fosse semelhante à da terra.” (CORRÊA, 1989, p. 101).

Figura Cartográfica 4 – Vias de interligação entre os núcleos de estudo, 1791

Fonte: Alunorte (1995) / Modificado pela autora, 2012.

d) Período de 1850 a 1920

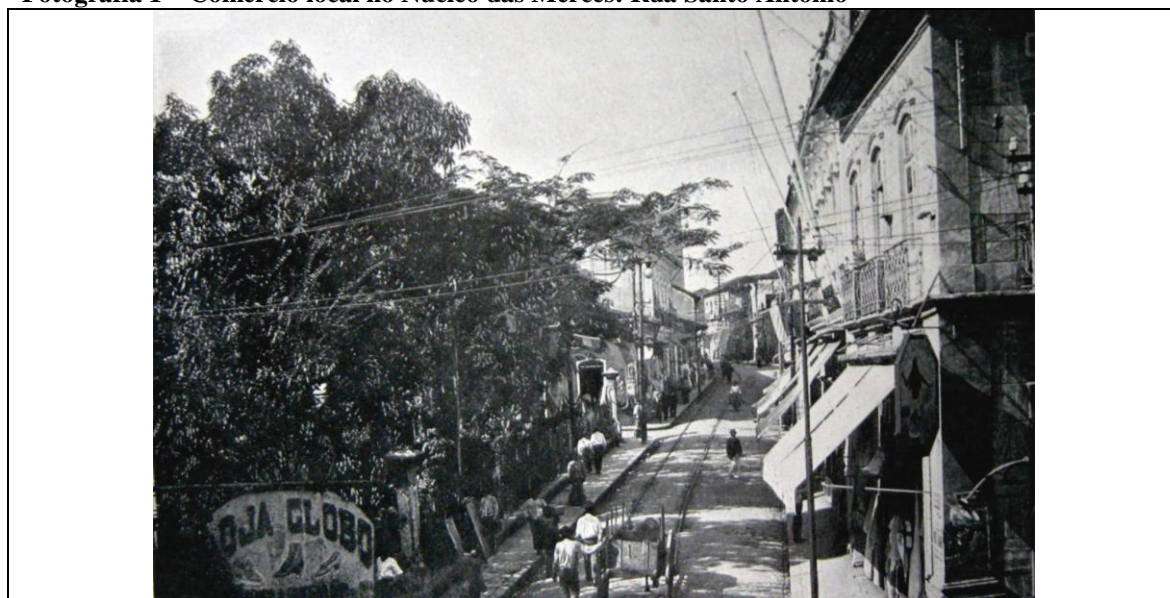
A expansão do capitalismo na segunda metade do século XIX já distinguia duas partes de um mesmo planeta: um lado se diferenciava por ter o papel de produtor de alimentos ou de matérias primas (o Brasil, por exemplo) e o outro lado por ser produtor industrial (a Inglaterra, por exemplo).

Na segunda metade do século XIX, o território amazônico continua sendo parte da política territorial implementada anteriormente pelo poder colonial, e agora também pelo governo brasileiro – como a ideia que se fazia desta região – de “[...] que não era essa uma região prioritária ou valorizada do ponto de vista do potencial econômico” (MACHADO, 1989, p. 368). Assim, essa ideia não foi rompida totalmente, mesmo com o progresso econômico advindo da exploração da borracha. Ainda segundo Machado (1989, p. 368) “esse foi o binômio que nem mesmo a valorização da borracha amazônica conseguiu romper totalmente.”

A partir das décadas finais do século XIX, com o progresso econômico que a exploração da borracha proporcionou, principalmente no período que vai de 1880 a 1912, o crescimento da cidade acompanhou o seu desenvolvimento econômico. O avanço da malha urbana tomou novo impulso. Isso, por um lado, possibilitou investimentos públicos e privados, higienização e sofisticação. Por outro, estabeleceu um processo de incorporação de novas áreas e urbanização de outros bairros, próximos aos primeiros que formam o Centro Histórico de Belém (bairros da Cidade Velha e Campina).

O dinamismo econômico, advindo da exploração da borracha, deu um novo impulso à expansão urbana, expressando fisicamente a modernização através da formação de elites¹⁰, de obras de urbanização, construção de novas edificações e o surgimento de “[...] uma nova força de trabalho propriamente urbana [...], como alfaiates, sapateiros, marceneiros e outros.” (SARGES, 2002, p. 86), ver Fotografia 1.

Fotografia 1 – Comércio local no Núcleo das Mercês: Rua Santo Antônio



Fonte: Sarges (2002).

Como visto nos períodos anteriores, percebe-se que a cidade ia sendo estruturada com base em fundamentos essenciais, que definiam a construção de importantes edificações e a não obstrução de suas fachadas. Com o crescimento econômico trazido pela exploração da borracha, os espaços públicos e privados vieram a enriquecer-se.

¹⁰ “A sociedade, progressivamente construída no Pará, ao longo do período colonial até as primeiras décadas do século XIX, tem sua classe dominante representada pelos proprietários de terras escravagistas, militares e altos funcionários da burocracia portuguesa, cujo poder econômico se estruturou a partir do monopólio da terra e da dominação da força do trabalho indígena e, em menor escala, da africana.” (SARGES, 2002, p. 81).

e) Período de 1920 a 1960

O século XX é marcado por penosos acontecimentos – como a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) e a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) –, mas também pela multiplicação da população do mundo, pelo progresso da ciência, pelo desenvolvimento da eletrônica etc. Para Hobsbawm (2012, p. 13), um dos fenômenos mais característicos do final do século XX é “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas [...]”. Esta última parte do século XX é chamada por Hobsbawm (2012) como décadas de crise universal ou global. A concatenação dos espaços sociais a partir do fim da Segunda Guerra Mundial contribuiu para que as “Décadas de Crise” afetassem não só a economia mundial, mas também a política.

Em 1920, o Brasil ainda era agrário. Segundo Penteado (1968, v. 1), com a baixa exportação da borracha, Belém em 1919, com seus 200 000 habitantes, passou por um declínio econômico, desorganização administrativa e estagnação, com a diminuição da sua população. Soma-se a isso outros problemas, como falta de higiene e de limpeza pública, carência de rede de esgoto e má qualidade da água potável. De acordo com este mesmo autor, a função da cidade ainda era a de um centro comercial.

Com o declínio da exportação da borracha houve quase que imediatamente uma redução da importação de manufaturas europeias. Entre os anos de 1920 a 1930, no nível intraurbano belenense, uma das principais alterações foi o surgimento de “[...] um pequeno parque industrial voltado para o mercado interno amazônico [...]” (CORRÊA, 1989, p. 122), que, de certa maneira, manteve as funções de entreposto comercial que a capital paraense exercia.

Apesar dessa crise, Belém ainda era uma das cidades mais movimentadas do Norte e Nordeste brasileiro, um centro cultural importante (com sua Biblioteca Pública, seu Museu, teatros etc.), com o funcionamento de fábricas de cerveja, gelo e litografia. Além disso, o seu centro comercial, representado pelo bairro da Campina, ainda permanecia resistente – com suas lojas, consultórios médicos, escritórios de advocacia e casas de exportação – funcionando (PENTEADO, 1968, v. 1).

Segundo Corrêa (1989, p. 136), durante a década de 1950, os investimentos urbanos “[...] foram canalizados para os bairros do Comércio e de Nazaré, bem como para determinados trechos dos bairros de Batista Campos, do Umarizal, de São Brás e do Marco [...]”. Segundo Penteado (1968), a distribuição da população em 1950 mostra que os bairros da Cidade Velha, Comércio e Reduto, que são os mais antigos, abrigavam 8,56% da população belenense.

Acompanhando o interesse estrangeiro pela salvaguarda do patrimônio cultural a partir da década de 1930, intensifica-se no Brasil a preocupação com a catalogação e organização do Patrimônio Cultural Brasileiro, visando também à sua salvaguarda. No início da década de 1940, iniciam-se as inscrições de bens imóveis nos livros do tomo do Decreto-Lei nº 25/1937 (BRASIL, 1937).

Durante esse período, observam-se no CHB os processos de tombamentos de edificações isoladas nos três núcleos de estudo. No Núcleo da Sé foram tombados em 1940 (e inscritos nos livros do tomo em 1941) a Catedral de Nossa Senhora da Graça (Igreja da Sé), Igreja de Santo Alexandre e o antigo Colégio dos Jesuítas. No núcleo do Carmo ocorreram os tombamentos, em 1940 (e inscritos nos livros do tomo em 1941), da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, da Capela da Ordem Terceira e do antigo Convento Carmelitano. No núcleo das Mercês foi tombada a Igreja de Nossa Senhora das Mercês também em 1940 (e inscritos nos livros do tomo em 1941).

Assim, mesmo com uma discreta retomada do crescimento econômico nas décadas de 1940 a 1960, houve modificações no Centro Histórico de Belém, tal como a inserção de prédios com alturas que variam de 4 a 16 pavimentos (Fotografia 2). No que diz respeito aos três núcleos de estudo, verificam-se diferentes níveis de degradação, abandono (Fotografia 3) e demolição (por exemplo, o processo de demolição, em 1938, da Igreja dos Rosários dos Homens Brancos, localizada na praça do Núcleo do Carmo).

Fotografia 2 – Verticalização urbana no CHB

Fonte: Autoria de José Freire, 2003.

Fotografia 3 – Degradação e abandono

Fonte: Autoria de Rachel Ferreira, 2013.

f) Período de 1960 a 1990

A efetiva integração entre a Amazônia e o Brasil foi marcada pela construção da rodovia Belém-Brasília em 1960. No início essa integração foi dificultada pelas péssimas condições do tráfego na rodovia. Segundo Corrêa (1989), essa intensificação dos vínculos entre a região amazônica e o restante do Brasil ocasionou processos socioespaciais regionais mais dependentes do contexto nacional. A conexão física da Amazônia com as outras regiões do Brasil, a partir da implantação de rodovias provocou processos de mudanças na estrutura socioeconômica e no padrão da organização espacial urbana belenense, de maneira que para Corrêa (1989) houve uma ruptura da tradicional

estrutura urbana amazônica: “este processo decorreu do fato de que, com a implantação das rodovias, começaram a surgir novas cidades, localizadas no ‘centro’, em áreas de ‘terra firme’, em detrimento da ‘beira do rio” (CORRÊA, 1989, p. 144). Belém, em consequência, ficou esvaziada de determinadas funções.

Penteado (1968, v. 2), que analisou a estrutura urbana de Belém na década de 1960 enfatiza, por exemplo, por um lado, o aumento da atividade terciária no centro comercial (bairro da Campina) em relação ao ano de 1948 e, por outro, a diminuição da população desse bairro “[...] em função da grande substituição de usos habitacionais por usos comerciais e de serviços nas edificações existentes em seu espaço” (CORRÊA, 1989, p. 150).

Diz o mesmo autor sobre o centro antigo que o trânsito era bastante congestionado “[...] e atribui a causa deste problema, ao fato de se situarem, nesta área, os terminais de todos os ônibus urbanos” (CORRÊA, 1989, p. 150). Além disso, em torno da Avenida Presidente Vargas, no bairro da Campina, ocorreu uma vitalização do centro comercial em relação às outras áreas do bairro da Campina caracterizada por arranha-céus, cinemas, bancos, sedes de rádios, agência central dos correios e telégrafos além de consultórios e escritórios mais modernos do que das primeiras áreas do centro comercial (PENTEADO, 1968, v. 2; CORRÊA, 1989).

A área do Centro Histórico ainda era o principal centro comercial e de serviços, ocasionando sua gradativa ocupação. Como consequência ocorre a concentração de investimentos e equipamentos no CHB, que produziu, por exemplo, a verticalização na área central e a modificação de uso do solo.

Desde as décadas de 1960-70, aproximadamente, até os dias de hoje (Figura Cartográfica 5), a área considerada como o CHB já é pontuada por outros elementos da paisagem mais destacados do que as igrejas, os conventos, palácios e os fortes. Exemplo desses elementos são as diversas edificações com mais de dez andares localizadas dentro do CHB no bairro da Campina.

Desde a década de 1980 processos de intervenção urbanos são realizadas, como as obras de requalificação do Ver-o-Peso, a reurbanização do centro comercial, o terminal pesqueiro e a requalificação da Avenida Portugal.

Figura Cartográfica 5 – Vias de interligação entre os núcleos de estudo

Fonte: Imagem de satélite Google Earth (capturada em 2009) e processada pela autora em 2012.

g) Período de 1990 em diante

Na perspectiva de Hobsbawm (2012), o crescimento econômico que o mundo vivenciou na “Era de Ouro” (início da década de 1970 até aproximadamente 1973-75) continuou, mas em um ritmo mais lento, com exceção de alguns países em recente industrialização. Elementos como política de governo (coordenada nacional ou internacionalmente) e melhores transportes, comunicações e tecnologias possibilitaram que a economia capitalista ficasse mais forte que antes. Por outro lado, e segundo este mesmo autor, miséria, pobreza, desemprego em massa e instabilidade reapareceram depois de 1973. Insegurança, desorientação e indefinição constituem o clima no início da década de 1990.

Neste período em análise, verifica-se que o processo de dinamismo econômico de Belém é menor do que das outras frações do espaço regional. Ademais, se comparada com outras regiões metropolitanas brasileiras, Belém apresenta “[...] os mais baixos índices de modernização, revelando também um alto contingente de fabricações voltadas para o consumo local e regional.” (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 77).

A integração da região em relação ao restante do País ocasionou um novo tipo de comércio, diferente do comércio local (mais familiar e tradicional), em que lojas de departamento, filiais de cadeias nacionais (como as Casas Pernambucanas, Mesbla e Lojas Americanas) modificaram a

relação de apropriação dos lugares ao se instalarem no bairro da Campina (popularmente conhecido como do comércio) e entorno imediato (MESQUITA; CARDOSO, 2008).

Esse tipo de instalação não alterava drasticamente a volumetria da edificação antiga, ao passo que o atual comércio aposta na “[...] modernização de instalações [...] para atrair consumidores, demolindo as casas antigas e gradativamente aglutinando edificações de uma mesma quadra para formar uma única loja.” (MESQUITA; CARDOSO, 2008, p. 3). Houve ainda outras alterações no comércio local, como a implantação, na década de 1990, de dois *shopping centers*, sendo um deles nas proximidades do CHB.

O comércio mais tradicional e familiar, enfraquecido por esse novo tipo de comércio, funcionava em edificações antigas do CHB, nas quais o térreo era ocupado pelo comércio especializado (tecidos, armarinhos, joalheria etc.) e o pavimento superior usado como habitação.

Rigatti (2003) comenta que os centros históricos, com o tempo, vão perdendo seu uso habitacional devido à degradação do elemento da paisagem forma, tal como de suas edificações. Essa degradação, aliada às pressões econômicas, ocasiona outras utilizações diferentes da residencial. O resultado desse processo são núcleos urbanos históricos que continuam como polo de atração, embora sob forte influência da transformação socioeconômica.

De maneira geral, com a rápida urbanização das cidades verifica-se que a passagem da cidade colonial para a grande metrópole foi brusca, ocorrendo muito mais impactos negativos na vida dos seus centros históricos, que resultaram, por exemplo, em descaracterização física. Em meio ao processo de modernização da cidade de Belém, a renovação urbana apresenta certa dificuldade de manter relação com o seu passado, isto é, com o seu Centro Histórico. É o caso de construção de edificações novas que destoam do entorno, constituído por casario, fazendo com que este novo elemento interfira na visibilidade e/ou na fisionomia do centro histórico (Fotografias 4, 5, 6 e 7).

Fotografia 4 – Rua 15 de Novembro, no CHB – fim do século XX

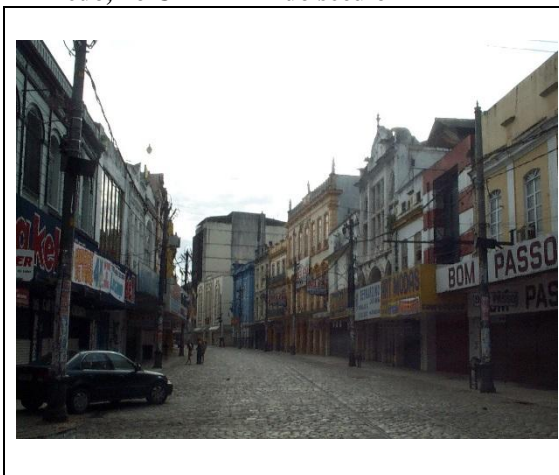


Fonte: Autoria de Jorge Derenji.

Fotografia 5 – Rua 15 de Novembro, no CHB – início do século XX



Fonte: Pará (1996).

Fotografia 6 – Rua Conselheiro João Alfredo, no CHB – fim do século XX

Fonte: A autoria de Jorge Derenji.

Fotografia 7 – Rua Conselheiro João Alfredo, no CHB – início do século XX

Fonte: Pará (1996).

Ponte (2010, p. 121) aponta mudanças, que datam do final da década de 1990, no que diz respeito às intervenções territoriais nas margens fluviais urbanizadas ou na “orla” do rio da cidade de Belém, “[...] a partir de políticas de desenvolvimento econômico ligadas à produção de lugares e a partir da implantação de novas estruturas técnicas no território.” Percebe-se nesse período uma política urbana voltada para a urbanização de beira de rio, como as chamadas “janelas para o rio”, que resultaram em intervenções urbanísticas pontuais de beira-rio. Essas políticas urbanas refletem, de maneiras diferenciadas, estratégias de desenvolvimento econômico, voltadas principalmente ao fomento do turismo.

O entendimento tanto dos valores da forma física do CHB quanto das suas transformações deve ser apreendido a partir da análise de seus elementos como variáveis interdependentes em conjunto com o movimento da história. Esse enfoque nos incita a que se considere o Centro Histórico de Belém um espaço como instância social, assim como Santos (1978, 1985, 1988, 1997, 1998), mas também como produção social, segundo Lefèbvre (1955, 1971, 1974, 1979, 2004, 2010).

Assim, de acordo com o Quadro 1, observou-se que cada um dos períodos históricos analisados, materializados na configuração espacial do Centro Histórico de Belém, resultou em mudanças de forma e de conteúdo. Além disso, esses momentos históricos não são autônomos, e sim formados por estruturas e processos ao longo do tempo.

A GESTÃO DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM DOS NÚCLEOS DE ESTUDO

Examinando, na terceira parte, os mapas históricos da distribuição do espaço social no tempo, materializada na configuração espacial do Centro Histórico de Belém, percebe-se, durante os 398 anos de sua história, uma tendência de ruptura do padrão de organização desse espaço representativo da

influência portuguesa. Durante esse tempo, verificou-se que a configuração espacial do CHB tenta permanecer preservada nos dias de hoje.

Considerado por lei como histórico, detentor de uma memória coletiva da sociedade, o CHB está carregado de uma materialidade que se opõe a essa racionalidade imposta por ações hegemônicas que visam à unicidade do espaço em prol da produtividade econômica. Nesse contexto, o Estado tem um papel fundamental ao estabelecer instrumentos e regras de intervenção eficazes para a continuidade de áreas históricas “irracionais”. A tarefa de manter vivo o espaço social do CHB, dosando a inovação (de sistemas técnicos contemporâneos), é urgente e fundamental. E o planejamento e a gestão são meios para se alcançar tal objetivo.

O argumento central sustentado para o desenvolvimento deste item vem em decorrência de que a gestão nestes núcleos de estudo – assim como de todo o CHB – não se beneficia das relações entre forma e conteúdo que propiciaram a atual configuração espacial do CHB. Faz-se uma gestão que prioriza a forma e a função, secundarizando-se as estruturas e os processos que deram origem a estas mesmas formas e funções do Centro Histórico de Belém. Os resultados de um planejamento com essas prioridades são a descaracterização e, por conseguinte, a destruição da memória coletiva social, deste centro histórico e de qualquer outro lugar.

Nos Quadros 2 e 3, a seguir, encontram-se os instrumentos de gestão pública, de instância municipal, estadual e federal que vêm sendo utilizados na preservação do Centro Histórico de Belém, com o intuito de preservar os monumentos isolados, os conjuntos urbanos tombados e todo o Centro Histórico de Belém.

Quadro 2 – Leis do tipo preservacionistas					
Ano	Lei	Categorias do espaço social levadas em conta			
		Forma	Função	Estrutura	Processo
1937	Decreto-Lei nº 25	Os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos, mutilados, reparados, pintados e restaurados sem autorização do IPHAN	<ul style="list-style-type: none"> • A função não é regulamentada e/ou citada. • Forma vazia de conteúdo. 		
1977	Lei nº 7.055	Visa a preservar a vegetação, áreas verdes e monumentos, conjuntos arquitetônicos, áreas e logradouros públicos.			
1990	Lei Orgânica do Município	<ul style="list-style-type: none"> • Tomba o CHB. • Impede que edificações valor histórico sejam modificadas e demolidas. • Fomentará a reconstituição da originalidade da Ladeira do Castelo e do conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico da praça da Sé (Núcleo da Sé). 			
1990	Lei nº 5.629	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação do bem cultural tombado (cidades, edifícios e conjuntos urbanos). • Os bens tombados ou de interesse à preservação não poderão ser modificados sem autorização do DPHAC. • Preocupação quanto a vizinhança dos 			

		imóveis tombados quanto a estabilidade, ambiência e visibilidade dos referidos imóveis.	
--	--	---	--

Fonte: BELÉM (1977, 1988, 1990); BRASIL (1937) / Legislações consultadas, analisadas e sintetizadas pela autora, 2014.

Quadro 3 – Leis do tipo preservacionistas				
Ano	Lei	Categorias do espaço social levadas em conta		
		Forma	Função	Estrutura Processo
1988	Lei nº 7.401	<ul style="list-style-type: none"> Definiu os limites do CHB. ZH2, ZCS1, ZCS3 e ZCS5 (desmembramento e remembramento de lotes). Preservação dos bens imóveis tombados. 	<ul style="list-style-type: none"> Distinguiu ZH, ZCS e ZFE. Caracteriza o uso de comércio e serviços como predominante no CHB. 	Levam em conta as ações do passado que deram significado a estas formas: bens imóveis.
1994	Lei nº 7.709	<ul style="list-style-type: none"> Preserva edificações tombadas (5 categorias e do gabarito máximo de altura permitido). Via, quarteirão e praça não são regulamentados e/ou citados. Proíbe o remembramento / desmembramento de lotes. 	Enfatiza o uso do solo a partir de zonas de uso.	
1999	Lei Complementar nº 02	Valoriza a paisagem urbana (a preservação dos elementos naturais e dos representativos do patrimônio).	Qualquer controle de ocupação no CHB deixa a cargo da Lei nº 7.709/ 1994.	
2008	Lei nº 8.655	<ul style="list-style-type: none"> Preserva, os bens culturais materiais. Desenvolve e fortalece o potencial turístico. Plano Diretor Urbano considera a Lei nº 7.709/1994 - regulamentadora das áreas de entorno dos bens e conjuntos tombados isoladamente do CHB. 	<ul style="list-style-type: none"> Funções de centro comercial, administrativo, serviços e portuário. Estimula uso habitacional. 	

Fonte: BELÉM (1988, 1994, 1999, 2008) / Legislações consultadas, analisadas e sintetizadas pela autora, 2014.

Na análise dessas leis observou-se, por exemplo, que o conjunto de leis de preservação tem parcial repercussão na proteção do patrimônio histórico construído da cidade; ampliaram o conceito de monumento histórico (a partir da década de 1940 houve a valorização de tombamentos de edificações monumentais e a partir da década de 1960 valoriza-se o tombamento de conjuntos urbanos; a valorização é principalmente no que diz respeito a forma e a função, secundarizando elementos das estruturas e dos processos; não incluem os parâmetros de proteção de todos os elementos da paisagem; e, o elemento da paisagem de maior interesse é a forma, principalmente as edificação e os lotes.

Enfim, na análise da trajetória de gestão pública e/ou privada de caráter preservacionista nos elementos da paisagem dos estudos de caso, a partir da permanência e/ou alteração dos traços fisionômicos dos mesmos, observou-se, no Quadro 2, que o Decreto-Lei nº 25/1937, a Lei nº 7.055/1977, a Lei Orgânica do Município de 1990 e a Lei nº 5.629/1990, ao não considerarem a função de um bem tombado – significativo de estruturas e processos passados –, preservam apenas uma forma vazia de conteúdo, ao passo que as outras Leis analisadas (Quadro 3) tentam levar em conta as ações do passado que deram significado a essas formas, mas de maneira restritiva aos bens imóveis.

Os três núcleos de estudo tiveram, no passado, suas edificações monumentais – tais como, as igrejas e o Forte do Castelo – preservadas por meio do tombamento isolado. O tombamento em conjunto, no caso do núcleo da Sé, ocorreu em 1964, e o dos outros dois núcleos a partir de 1979, com a Lei Orgânica do Município, de 1990, que tombou todo o Centro Histórico de Belém. Até 1979, os elementos da paisagem constituintes desses núcleos foram sofrendo alterações que resultaram em núcleos urbanos descaracterizados.

Nesta análise da trajetória dos instrumentos legais de preservação, optou-se por incluir planos e projetos urbanísticos concluídos ou não e utilizados ou não. Acredita-se que, como propostas ou realizações, sua inclusão é importante visto que se poderá verificar o quanto os instrumentos legais de preservação que orientaram essas intervenções foram considerados ou deixaram a desejar, na salvaguarda do CHB.

Nesse sentido, além dos tombamentos e das leis de preservação, incluem-se, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB), de 1975 – plano municipal concebido com o intuito de “criar os dispositivos necessários para preparar a área central para absorver a médio e longo prazos as alterações estruturais advindas da eventual realização dos fatores de dinamização” (DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS S. A. CONSULTORES, 1975, v. 2, p. 97).

Quanto aos projetos urbanos concluídos, insere-se na análise de intervenções pontuais o projeto “Feliz Lusitânia”, do Governo do Estado do Pará, que teve como área de intervenção o Núcleo da Sé, iniciado em 1997 e concluído em dezembro de 2002, objetivando: [...] suscitar os referenciais históricos, sociais e econômicos no processo de ocupação territorial da Amazônia e do Pará, através das dimensões urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas [...]” (PARÁ, 2006, p. 9).

Considerando a repercussão dessas leis nas intervenções de cada um dos núcleos de estudo (Quadros 4, 5 e 6), constatou-se, pela análise da preservação do Núcleo da Sé, que há prevalência das formas preservadas e/ou consideradas, funções alteradas e estruturas e processos não levados em conta. A análise da preservação do Núcleo do Carmo mostrou a predominância de formas preservadas e/ou consideradas, funções preservadas e estruturas e processos considerados. No entanto, as intervenções de caráter privado neste Núcleo não consideraram elementos das formas, funções,

estruturas e processos. A análise da preservação do Núcleo das Mercês revela a preponderância de formas e funções preservadas e/ou consideradas e um certo equilíbrio de estruturas e processos considerados e não levados em conta.

Quadro 4 – Gestão no Núcleo de estudo da Sé

Ano	Plano, projeto, intervenção	Categorias do espaço social levadas em conta x Alterações / preservações dos elementos espaciais
1753	Intervenção em quarteirão	<ul style="list-style-type: none"> Houve alteração na configuração espacial deste núcleo de estudo a partir da alteração dos elementos da paisagem, tais como a retirada de quarteirão, lote e edificação, além da ampliação do espaço público da praça. As estruturas e os processos que deram origem a este quarteirão caracterizavam um dado momento da história representativo do período colonial. A retirada deste quarteirão faz parte de uma nova organização do espaço, que propicia a compreensão de como o espaço público da praça foi ampliado com base em um diferente momento histórico pertencente ao período pombalino.
1940-41	Tombamento da Catedral de N. S. da Graça (Igreja da Sé)	<ul style="list-style-type: none"> A forma, a função, as estruturas e os processos foram considerados no tombamento isolado desta igreja.
1940-41	Tombamento da Igreja de S. Alexandre	<ul style="list-style-type: none"> As formas físicas foram preservadas através do instrumento do tombamento isolado.
1940-41	Tombamento do antigo Colégio dos Jesuítas	<ul style="list-style-type: none"> Houve alteração em seus conteúdos. Dessa maneira, as ações do passado, moldadas por elementos representativos de estruturas e de processos, que deram origem e sentido a essas formas foram substituídas por novas ações. Assim, pode-se dizer que estas formas se metamorfosearam em outras formas quando houve alteração do conteúdo.
1961-62	Tombamento do Forte do Castelo	
1963-64	Tombamento da Casa das 11 Janelas	
1964	Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Praça Frei Caetano Brandão	<ul style="list-style-type: none"> Preservou-se o uso de lazer nesta praça e a valorização apenas das edificações monumentais que são tombadas. Entende-se que, a função desta praça estava voltada para o conjunto de edificações significativas de seu entorno imediato. O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da Praça Frei Caetano Brandão não resgatou o valor destes objetos em conjunto.
1964-65	Alargamento da Rua Padre Champagnat	<ul style="list-style-type: none"> A mudança da forma de produzir (intermediações entre homem e natureza, técnicas, instrumentos de trabalho etc.) modificou o objeto via, produzido pelo homem, que sofreu ampliação de sua largura para facilitar o acesso de automóveis. Mesmo que o uso desta via continue a ser para a acessibilidade de pessoas e/ou transportes, entende-se que houve uma busca da sociedade de inferir novo valor aos elementos da paisagem deste núcleo de estudo. Assim, a configuração espacial e seus elementos da paisagem mudaram de significação a partir, por exemplo, da ampliação da largura da via e demolição de quatro edificações. Quanto aos elementos de estruturas e de processos, que

		definiram a estreiteza da Rua Padre Champagnat e as quatro edificações que eram voltadas para esta rua, foram substituídos por um novo momento histórico advindo, por exemplo, da maior concatenação dos espaços sociais e do crescimento e da expansão urbana.
1975	PDGB: Praça Frei Caetano Brandão	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de significado: alteração na forma dos quarteirões para abrigar o uso de lazer; alteração tanto na ampliação quanto no uso da via para circulação de pedestre; retirada de alguns lotes e preservação de outros que se encontram edificações monumentais; preservação de edificações monumentais e demolição das sem interesse a preservação; alteração na forma do quarteirão da praça e em seu desenho paisagístico do início do século XX. • A maioria das proposições feitas pelo PDGB foi de ruptura com a história social inseridas nos traços fisionômicos deste núcleo de estudo. No entanto, na proposta de reabertura de uma via que existia no século XVIII, o PDGB tenta resgatar conteúdos de estruturas e processos sociais representados pela relação parcial que havia entre o rio com a cidade.
1997/2002	Projeto Feliz Lusitânia: Igreja de Santo Alexandre e antigo Colégio dos Jesuítas / Forte do Castelo / Casa das Onze Janelas e parte da orla	<ul style="list-style-type: none"> • Ocorreu uma intervenção de restauro no elemento da paisagem edificação. • O restauro da Igreja de Santo Alexandre e do antigo Colégio dos Jesuítas preserva indiretamente as vias e a praça do seu entorno imediato, pois não interfere diretamente na morfologia urbana. Diretamente, contribui para a preservação do quarteirão – que foi refeito em pedra de lioz e teve o seu meio fio reconstituído – e dos lotes em que se insere, pois os mesmos não sofreram alterações de desmembramento e/ou remembramento, além da preservação da Igreja e do antigo Colégio. • A intervenção na Casa das Onze Janelas e no quarteirão em que está inserida tanto preserva o lote em que esta edificação se insere quanto lembra os quarteirões vizinhos. Esta alteração morfológica alterou também a centralidade da praça. • A adaptação do uso para o museológico (Igreja de Santo Alexandre e antigo Colégio dos Jesuítas), para o arqueológico (Forte do Castelo) e serviço, cultural e lazer (Casa das Onze Janelas e quarteirão da orla) é uma mudança de significado decorrente de uma nova produção do espaço social que prioriza as qualidades estéticas da forma.
2003	Projeto de requalificação da praça Frei Caetano Brandão	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto enaltece os traços fisionômicos da praça, oriundo do início do século XX, através da apreensão dos princípios que a originaram que são, por assim dizer, as estruturas e os processos produtores deste espaço aberto.
2013	Bechara Mattar Diamond	<ul style="list-style-type: none"> • Será uma nova edificação inserida em um centro histórico repleto de traços fisionômicos representativos dos primeiros períodos históricos, que não contribuirá para preservação da memória relacionada às estruturas e aos processos.

Fonte: Análise da autora, 2014.

Quadro 5 – Gestão no Núcleo de estudo do Carmo

Ano	Plano, projeto, intervenção	Categorias do espaço social levadas em conta x Alterações / preservações dos elementos espaciais
Década de 1930	Demolição da Igreja dos Homens Brancos	<ul style="list-style-type: none"> • A forma, a função, as estruturas e os processos não foram consideradas. Assim, a intervenção de demolição considerou esta igreja como existência física, isto é, como forma construída desprovida de forma-conteúdo • Deixou-se de apreender este objeto geográfico como existência social.
1940-41	Tombamento da Igreja do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • A forma, a função, as estruturas e os processos foram considerados no tombamento isolado desta igreja.
1944	Tombamento da edificação do Palácio Velho	<ul style="list-style-type: none"> • O térreo mantinha a função comercial e os andares superiores funcionavam até 1981 como sede dos ex-alunos do colégio Salesiano do Carmo. • Preservaram-se as significações da forma, função, estrutura e processo, mesmo com a mudança de uso dos andares superiores, que tiveram seus significados alterados para abrigar uma nova realidade.
1975	PDGB – proposta para o núcleo do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração em uma porção específica da forma localizada entre o rio e o quarteirão da Igreja do Carmo. • Essa proposta buscava de certa forma valorizar elementos de estruturas e de processos passados, pois visava a recompor a ligação do núcleo com o rio, não mais só como contemplativo, circulação de pessoas e de mercadorias, mas também como ponto de lazer, dando um tratamento paisagístico ao espaço que foi ocupado anteriormente entre a igreja e o rio Guamá.
1993/94	Escavação do sítio arqueológico da praça do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização das fundações da Igreja do Rosário dos Homens Brancos, resgatando a memória religiosa e o antigo cemitério existente na Praça do Carmo.
1996	Recuperação da Praça do Carmo	<ul style="list-style-type: none"> • A função lazer foi valorizada, acrescentando a de sítio arqueológico. • Os elementos das estruturas e dos processos foram parcialmente preservados, pois por um lado houve modificação na forma a partir do desenho da praça, mas por outro houve o resgate de um dos elementos da paisagem mais importante na formação da configuração espacial deste núcleo, a valorização das fundações da Igreja do Rosário dos Homens Brancos.

Fonte: Análise da autora, 2014.

Quadro 6 – Gestão no Núcleo de estudo das Mercês

Ano	Plano, projeto, intervenção	Categorias do espaço social levadas em conta x Alterações / preservações dos elementos espaciais
Início século XX	Aterro Orla da Baía do Guajará	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração na forma: substituição dos sobrados coloniais por sobrados no estilo Belle Époque, construção de armazéns de ferro, vias mais largas e quarteirões mais extensos. • Mesmo com a preservação da função comercial deste núcleo, a intervenção no elemento forma alterou a relação entre a praça e, por conseguinte, deste núcleo e com a baía, distanciando-os. • Assim, observa-se que as mudanças de significados nos elementos da forma estão vinculadas a elementos

		de estruturas e de processos de um novo modo de vida ligados à economia da borracha.
1941	Tombamento da Igreja das Mercês e Convento dos Mercedários	<ul style="list-style-type: none"> • A forma, a função, as estruturas e os processos foram considerados no tombamento isolado desta igreja. • A forma física do Convento dos Mercedários foi preservada através do instrumento do tombamento isolado. No entanto, houve alteração em seu conteúdo. Dessa maneira, as ações do passado, moldadas por estruturas e processos, que deram origem e sentido a essa forma foram substituídas por novas ações. Assim, pode-se dizer que essa forma se metamorfoseou havendo alteração do conteúdo.
1975	PDGB: pedestrialização da Rua Conselheiro João Alfredo	<ul style="list-style-type: none"> • Esta proposta valorizava a função comercial das vias deste núcleo urbano. No entanto, a valorização apenas da função não respalda a preservação de elementos de estruturas, processos e formas do passado.
1980	Projeto de Reurbanização do Centro Cultural e Comercial de Belém	<ul style="list-style-type: none"> • Restauração das edificações comerciais, alteração do uso das ruas João Alfredo e Santo Antônio para pedestres, remanejamento de barracas de camelô para o interior da praça. • Mesmo com a intensificação da função comercial deste núcleo urbano, muitos dos elementos das estruturas e dos processos passados foram substituídos por outros que, por sua vez, contribuíram para uma nova organização do espaço da área.
1987	Restauro do Convento dos Mercedários	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação dos elementos da forma para abrigar uma nova função: institucional. • Houve alteração em seu conteúdo. Dessa maneira, as ações do passado, moldadas por elementos representativos de estruturas e de processos, que deram origem e sentido a essa forma foram substituídas por novas ações. Assim, pode-se dizer que essa forma se metamorfoseou.
1988	Tombamento da Praça Visconde do Rio Branco	<ul style="list-style-type: none"> • A forma, a função, as estruturas e os processos foram considerados neste tombamento.
1997/2002	Projeto Via dos Mercadores	<ul style="list-style-type: none"> • Foram considerados os elementos da forma, tais como a recuperação das fachadas, a pavimentação das vias para abrigar barracas de camelôs, encaixe da fiação elétrica, paisagismo e melhoria do mobiliário urbano da praça e adequação da pintura • Mesmo valorizando o uso comercial das edificações, os elementos das estruturas e dos processos que estão por trás deste projeto não são mais os representativos de um centro cosmopolita, que valorizava os objetos arquitetônicos e urbanísticos, mas sim são parte de um modo de viver em que a sociedade atual não parece ser capaz de gerar soluções para a problemática urbana.

Fonte: Análise da autora, 2014.

CONCLUSÃO

Observa-se, assim, que os primeiros esforços para se obter um centro histórico preservado e requalificado levam à necessidade de uma análise que considere este lugar como um espaço social,

dotado de forma e conteúdo. Isso porque obter apenas informações quanto à forma e à função característicos de um lugar não é a mesma coisa que compreender a história produzida por sujeitos.

No Centro Histórico de Belém, em cada um dos períodos apresentados na periodização da terceira parte, coexistem novos e velhos objetos geográficos, padrões, e formas de ação, resultantes da inserção de inovações em meio aos padrões passados. A cada período histórico, demonstrado no Quadro 1 da terceira parte, buscou-se captar os valores e/ou significados dos objetos e das ações.

Para se alcançar o objetivo desta pesquisa – de analisar os elementos da paisagem do CHB e a gestão de sua forma espacial – fez-se necessária a interpretação do presente sob a luz da história. O esforço dessa periodização permitiu entender, primeiro, que este presente é o produto de uma combinação de estruturas, processos, funções e formas e, segundo, que há possibilidades de reconhecer possíveis tendências a partir do que foi vivenciado pela cidade (SANTOS, 1978, 1985, 1988, 1997, 1998).

Observa-se, no decorrer do tempo, nos núcleos em estudo, que há uma maior quantidade de intervenções nos elementos da paisagem edificação (demolição, inserção de novo uso etc.) e do lote (relembro). Essas modificações, sem considerá-las certas ou erradas, contribuem para uma eventual perda de contato com o tempo dessas criações urbanas. Assim como, intervenções menos impactantes na paisagem fazem com que, nos dias de hoje, possa identificar-se os significados da configuração espacial do Centro Histórico de Belém.

A existência dos núcleos de estudo, mas também de todo o CHB, deve-se à relação indissociável entre cidade e sociedade, isto é, entre forma e conteúdo. Como produto histórico, as cidades, assim como os núcleos de estudo, testemunham um momento de um modo de produção por meio de suas formas espaciais fixadas nas paisagens existentes. Essas formas duráveis não se desfizeram paralelamente às mudanças de processos; ao contrário, alguns processos se adaptaram às formas físicas preexistentes, ao passo que outros processos inventaram novas formas que se inseriram nas antigas (SANTOS, 1978, 1985, 1988, 1997, 1998). Porém, observou-se na quarta parte que, o modo de proteção e de intervenção nessa paisagem urbana, através dos instrumentos legais disponíveis pelas leis de preservação urbana, ainda deixa de lado um considerável número de elementos da paisagem e suas configurações espaciais (por exemplo, a heterogeneidade de cada núcleo).

Os instrumentos de preservação constituídos ao longo dos últimos anos, de certa maneira, consolidaram os tombamentos isolados das décadas de 1940 e 1960. Porém, secundarizam elementos das estruturas e dos processos em prol da forma e da função desse espaço urbano do CHB. É como se, por exemplo, tanto o planejamento urbano (que se remete ao futuro) quanto a gestão urbana (que se remete ao presente), um tentando prever os desdobramentos de um processo urbano e o outro tentando administrar uma determinada situação presente, não possuíssem as devidas ferramentas e/ou

parâmetros para manter preservado um espaço urbano histórico sem a descaracterização de seus traços fisionômicos.

Assim, ao se verificar como a gestão pública do tipo preservacionista contribuiu direta e/ou indiretamente para a permanência ou não de formas e conteúdos, observou-se que no Núcleo da Sé há uma maior predominância de formas e conteúdos que desapareceram integralmente, o Núcleo do Carmo caracteriza-se por formas e conteúdos que permaneceram parcialmente e no Núcleo das Mercês predominam tanto formas que permaneceram, com alteração total dos conteúdos quanto formas e conteúdos que permaneceram parcialmente.

Nos projetos de requalificação urbana, portanto, as estruturas e os processos contemporâneos não devem ser desconsiderados, sob pena de se anular a história do presente, mas, igualmente, não podem anular os elementos das estruturas e dos processos do passado, negando identidades socioespaciais herdadas de cada história urbana.

O desenvolvimento em conjunto da segunda parte (a partir do entendimento do espaço social), da terceira parte (identificando os valores e/ou significados da configuração espacial e dos elementos da paisagem) e da quarta parte (avaliando a trajetória de gestão pública e/ou privada de caráter preservacionista nos elementos da paisagem dos estudos de caso, a partir da permanência e/ou alteração dos traços fisionômicos dos mesmos) foram fundamentais para ratificar o argumento central da pesquisa de que a gestão do tipo preservacionista pouco mobiliza as categorias de análise socioespaciais estrutura, processo, função e forma em conjunto na elaboração de leis, planos e projetos urbanísticos para o Centro Histórico de Belém, que é um espaço urbano composto por forma-conteúdo.

REFERÊNCIAS

- ALUNORTE. *Belém do Pará*. São Paulo: Hamburg, 1995.
- ARAÚJO, R. M. de. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP, 1998.
- BELÉM. Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM). *Levantamento aerofotogramétrico da área metropolitana de Belém, 1977*. 1 CD-ROM.
- _____. *Levantamento Cadastral do Centro Histórico de Belém, 1998*. 1 CD-ROM.
- BELÉM. Prefeitura. Lei nº 7.055, de 30 de dezembro de 1977. Dispõe sobre o código de posturas do Município de Belém. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.
- _____. Prefeitura. Lei nº 7.401, de 29 de janeiro de 1988. Dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento urbano, de acordo com as diretrizes da estruturação espacial da Região Metropolitana de Belém (R.M.B.). *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, 1 fev. 1988.
- _____. Prefeitura. *Lei Orgânica do Município*. Belém, 1990.
- _____. Prefeitura. Lei nº 7.709, de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, 18 maio 1994.
- _____. Prefeitura. Lei nº 02, de 19 de julho de 1999. Dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.
- BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/Plano_diretor_atual/Lei_N8655-08_plano_diretor.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2013.
- BRASIL. Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2012.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.
- CORRÊA, A. J. L. *O espaço das ilusões: planos compreensivos e planejamento urbano na região metropolitana de Belém*. 1989. 339 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 1989.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *RBG - Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, jul./set., p. 39-68, 1987.
- COZEN, M. R. G. *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis*. Londres: Institute of British Geographers, 1969.
- DEL RIO, V. *Desenho urbano: no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.
- DESENVOLVIMENTO E SISTEMAS S. A. CONSULTORES. *Plano de desenvolvimento da grande Belém*. Belém: CODEM, 1975. v. 1 e 2.

FERREIRA, R. A. et al. *O espaço e o tempo, entre a ciência e a filosofia: notas para o ensino de física*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 7., 2009, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2009, não paginado.

GUIMARAENS, C. *Paradoxos entrelaçados: as torres para o futuro e a tradição nacional*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

HOBBSAWM, E. J. E. *A era das revoluções 1789 – 1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

_____. *A era do capital 1848 – 1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2011b.

_____. *A era dos impérios 1875 – 1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2011c.

_____. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

IMAGENS de satélite Google Earth. Disponível em: <<http://www.google.com/earth/index.html>>. Acesso em: 10 out. 2009.

KIDDER, D. P. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

KROPF, K. *An enquiry into the definition of built form in urban morphology*. 1993. Tese (Doutorado em exemplo Ciências Sociais) – University of Birmingham, Birmingham, 1993.

LECHTE, J. *50 pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

LEFÈBVRE, H. La notion de totalité dans less ciences sociales. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, v. XVIII, p.55-77. 1955.

_____. *Au-delà du structuralisme*. Paris: Anthropos, 1971.

_____. *La producción de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

_____. *Lógica formal, lógica dialética*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2010.

MACHADO, L. O. *Mitos e realidades da Amazônia Brasileira no contexto geopolítico internacional: 1540-1912*. 1989. 512 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia Humana, Universidade de Barcelona, Barcelona, 1989.

MEIRA FILHO, A. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história*. Belém: Gráfica; Globo, 1976. 2 v.

MESQUITA, F. J. L. de; CARDOSO, A. C. D. Perspectivas de vida e configuração urbana: interpretando as mudanças no centro comercial de Belém, Pa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL - AMAZÔNIA E FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO, NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - 35 ANOS, 1., 2008, Belém, *Anais.....* Belém: NAEA, UFPA, 2008.

MOREIRA, E. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém: Imprensa Universitária da UFPA, 1966.

MOUDON, A. V. *Built for change: neighborhood architecture in San Francisco*. Londres: The MIT Press, 1986.

MURATORI, S. *Studi per una operante storia urbana di Venezia*. Roma: Instituto Poligraphico dello Stato, 1959.

PANERAI, P. *Análise urbana*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

PARÁ. Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). *Belém da saudade: a memória de Belém do início do século em cartões-postais*. Belém, 1996.

PARÁ. Secretaria de Estado da Cultura (SECULT). *Feliz Lusitânia: Forte do Castelo, Casa das Onze Janelas, Casario da Rua Padre Champagnat*. Belém, 2006. v. 4.

PENTEADO, A. R. *Belém do Pará: estudo de geografia urbana*. Belém: UFPA, 1968. 2 v.

PONTE, J. P. X. *Cidade e água no estuário guajarino*. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

REIS, N. G. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2000.

RIGATTI, D. Privatização de Espaços Públicos. *Paisagem ambiental*, São Paulo, n. 17, p.41-67, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/Eloy/Downloads/40203-47463-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2012.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARGES, M. de N. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque 1870 – 1912*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, A. F. (Org.). *Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos, obra revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996. p.133-140.

_____. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana*. 1998. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. Estratégias de desenvolvimento e discurso do “declínio” em políticas de requalificação urbana no Brasil e na Europa. *Revista Cidades*, v. 7, n.11, p. 195-220, 2010.

WHITEHAND, J. W. R. *The urban landscape: historical development and management*. Londres: Academic Press, 1981.